

AS ORIGENS DO PENSAMENTO PSICOSSOCIOLÓGICO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

O DESENVOLVIMENTO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NA FRANÇA

- O início do positivismo e a tese da unidade da ciência
- A sociologia como ciência: Émile Durkheim
- O estudo da imitação: Gabriel Tarde
- A psicologia das massas: Gustave Le Bon

O DESENVOLVIMENTO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NA ALEMANHA

- A consolidação da psicologia experimental
- *A Völkerpsychologie*
- O debate sobre a natureza científica da psicologia
- Idéias psicossociológicas no pensamento de Karl Marx

O DESENVOLVIMENTO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NA GRÃ-BRETANHA

- O princípio da seleção natural
- A teoria evolucionista de Herbert Spencer

O DESENVOLVIMENTO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NOS ESTADOS UNIDOS

- O início da sociologia norte-americana
- O início do pragmatismo
- A consolidação da psicologia norte-americana

RESUMO

Reconstruir as origens de qualquer disciplina científica, recorrendo à busca de um marco fundador concreto, é sempre uma tarefa complexa e, muitas vezes, arbitrária. A escolha de um autor, de uma escola ou de uma pesquisa como pontos de partida para descrever o desenvolvimento de determinada área do conhecimento significa sempre abandonar outras possibilidades de escolha. Na maioria das vezes, esse tipo de escolha baseia-se no desejo de legitimar o presente e, de todo modo, sempre termina em um relato parcial da história, em que se narra o que foi, e se deixa de lado a reflexão necessária sobre o que poderia ter sido. A concepção da disciplina da qual se parte, a visão do presente, termina sempre em uma visão distorcida do passado. Temos um exemplo claro na detalhada reconstrução historiográfica da psicologia social realizada por Gordon Allport (1954a, 1968, 1985). No capítulo de Allport, sobre as origens históricas da psicologia social, reproduzido com algumas modificações nas três primeiras edições do *Handbook of social psychology*, destaca-se que o interesse pela psicologia social é fruto do desenvolvimento da concepção positivista inaugurada por Auguste Comte, e a disciplina é descrita como um fenômeno tipicamente norte-americano e como um ramo da psicologia geral, aspecto também abordado, de maneira pouco convincente, por Edward Jones (1985, 1998) no capítulo do *Handbook* dedicado aos principais desenvolvimentos teóricos e metodológicos da psicologia social contemporânea.

Em relação a essas afirmações, deve-se destacar que o enorme desenvolvimento da psicologia social norte-americana nas décadas imediatamente anteriores e posteriores à Segunda Guerra Mundial foi consequência do êxodo de numerosos cientistas sociais europeus que fugiram do nazismo procurando refúgio nos Estados Unidos. Em segundo lugar, embora se afirme que o auge do positivismo representou um aumento considerável das pesquisas em ciências sociais, é também verdade que essa não foi a concepção da ciência defendida por todos os psicólogos e sociólogos da época. O próprio Allport era consciente de que o positivismo levava a psicologia social a preocupar-se mais com a pesquisa empírica do que com a reflexão teórica e que Auguste Comte não era mais do que um dos possíveis candidatos que poderiam ser considerados como um dos fundadores da psicologia social. Em terceiro lugar, a psicologia social não é só um ramo da psicologia, mas também uma área da sociologia, como assim atestam suas origens. Apesar da declaração de princípios que representa o artigo de Allport, nele se reconhece o papel de alguns sociólogos, como Edward A. Ross, na constituição da psicologia social ou a influência de Émile Durkheim e sua concepção das representações coletivas. Finalmente, o fato de Allport mencionar os experimentos de Norman Triplett (1897) como um antecedente dos estudos sobre facilitação social representava, por sua vez, um reconhecimento da adequação do método experimental para a psicologia social.

De fato, o próprio Allport considerava que o início do *método objetivo* e o avanço da psicologia social se explicam pela introdução dos delineamentos experimentais.

A necessidade de reconstruir a história da disciplina de tal maneira que nela fique refletido o pluralismo tanto teórico quanto epistemológico e metodológico que caracterizou e caracteriza a psicologia social, assim como a defesa do argumento de que a psicologia social é uma perspectiva que se foi constituindo tanto a partir dos enfoques psicológicos quanto sociológicos, foram as idéias que orientaram a reconstrução das origens da psicologia social apresentada nestas páginas (veja também Cruz, 2004 e Van Stralen, 2005).

Na hora de realizar essa reconstrução, poderíamos ter retrocedido muito mais, já que, afinal, a reflexão sobre as relações entre o indivíduo e a sociedade começa no mesmo instante em que surge o pensamento filosófico. Entretanto, os antecedentes da psicologia social como disciplina científica que

tratam dessas questões de forma sistemática estão situados na segunda metade do século XIX, período no qual a consolidação da sociologia e da psicologia como disciplinas científicas vai dando lugar à necessidade de esclarecer as relações entre ambas. Como destaca Torregrosa (1982; p.12), “do ponto de vista conceitual, o desenvolvimento e a configuração de ambas as disciplinas representavam a necessidade de abordar suas relações recíprocas. O que, na verdade, significava ter de adotar um ponto de vista sociopsicológico ou psicossociológico, mesmo que em muitos casos tal ponto de vista chegasse a uma solução reducionista”.

É, portanto, no contexto dessa reflexão sobre as relações entre a psicologia e a sociologia que surgirá uma perspectiva psicossocial que se enriquece também com as contribuições vindas de outras disciplinas, como a filologia ou a antropologia. O surgimento simultâneo da perspectiva psicossociológica em diferentes disciplinas foi dando lugar, durante a segunda metade de século XIX, a definições alternativas do objeto da psicologia social. Nas páginas a seguir, se descrevem algumas delas (veja também Álvaro, 1995; Blanch, 1982; Crespo, 1995; Ibáñez, 1990; Jiménez Burillo, 1985; Sabucedo, D’Adamo e García Beaudoux, 1997; Torregrosa, 1982; Vala e Monteiro, 2004 entre outros).

A maneira pela qual as ciências sociais foram se consolidando como disciplinas independentes da filosofia foi fortemente influenciada pelas concepções epistemológicas derivadas do positivismo. O enorme desenvolvimento alcançado pelas ciências naturais durante o século XIX serviu para confirmar a crença de que um avanço do conhecimento social semelhante só poderia ser obtido mediante a adoção dos conceitos metodológicos das ciências naturais. A tarefa principal das ciências sociais durante esse período era conseguir concluir seu processo de independência com relação à filosofia, e a maneira pela qual esse processo foi realizado esteve fortemente determinada pelo nível em que, em cada uma das ciências sociais, aceitava-se a tese positivista da unidade da ciência. Os debates que deram lugar à aceitação ou não dessa tese, que como veremos foram especialmente intensos na Alemanha, serão o marco de referência que utilizaremos para mostrar a evolução das ciências sociais durante esse período.

O DESENVOLVIMENTO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NA FRANÇA

A sociologia francesa do século XIX é uma referência obrigatória quando se realiza uma reconstrução histórica da evolução da psicologia social. A filosofia positivista, desenvolvida na França a partir do início do século XX, condicionou enormemente a evolução posterior das ciências sociais. Nos parágrafos seguintes descrevemos algumas das principais idéias do positivismo, concentrando-nos especialmente naquelas que tiveram uma maior influência no desenvolvimento das ciências sociais. Da mesma maneira, nos concentramos na análise de algumas idéias teóricas que resultam especialmente interessantes para entender os antecedentes da psicologia social: a sociologia de Émile Durkheim, em cujo conceito de *representação coletiva* encontramos um claro antecedente da *teoria das representações sociais* (Moscovici, 1961, 1981); os trabalhos de Gabriel Tarde sobre a imitação, que exerceram grande influência na psicologia social do início do século XX; e os estudos de Gustave Le Bon sobre a psicologia das massas.

O início do positivismo e a tese da unidade da ciência

Embora algumas das idéias centrais do positivismo já tivessem sido esboçadas por Henri Saint-Simon (1760-1825), foi Auguste Comte (1798-1857) quem utilizou pela primeira vez o termo em sua

Auguste Comte (1798-1857)



Auguste Comte é considerado o precursor da sociologia, tendo ele mesmo criado o termo. O filósofo francês, discípulo do também filósofo Henri Saint-Simon, nasceu em Montpellier em 19 de janeiro de 1798, de uma família católica e monarquista. Inicialmente era admirador de Saint-Simon, mas após a morte deste em 1825 se afastou de suas idéias. Em 1826 foi acometido por uma doença que ele mesmo qualificou de “crise cerebral”, que o levou a uma tentativa de suicídio da qual se recuperou pouco depois. Em 1832 ocupou uma vaga de leitor na École Polytechnique, e em 1837 conseguiu uma vaga de avaliador, sendo responsável pelas admissões de alunos na Escola, da qual ele fizera parte como aluno em 1814.

Contudo, ele nunca pôde exercer totalmente sua carreira acadêmica, por não ter diploma universitário.

Comte foi o primeiro filósofo a desafiar os sistemas metafísicos, propondo um método para abordar os problemas do conhecimento que evitava a especulação. O método, denominado positivismo, tinha como objetivo a descrição dos fenômenos e não a determinação de sua existência, e se baseava na observação

obra *Curso de filosofia positiva*, publicada em seis volumes entre 1830 e 1842. Depois de uma análise do desenvolvimento histórico das ciências, Comte chegou à conclusão de que todas elas tinham evoluído em três estágios: o *estágio teológico*, no qual se tenta explicar a realidade recorrendo a agentes sobrenaturais, o *estágio metafísico*, no qual os agentes sobrenaturais são substituídos por forças abstratas, como a “natureza”, e o *estágio positivo*, no qual se renuncia à procura das causas últimas dos fenômenos e a ciência se limita a determinar, partindo da experiência observável, as leis da natureza. Todas as ciências, sem exceção, deveriam evoluir para o estágio positivo, quer dizer, para a busca de leis que pudessem ser utilizadas para explicar a realidade.

Finalmente, no estágio positivo, o espírito humano, reconhecendo a impossibilidade de obter noções absolutas, renuncia a procurar a origem e o destino do universo e a conhecer as causas íntimas dos fenômenos, para dedicar-se unicamente a descobrir, utilizando o raciocínio e a observação bem combinados, suas leis efetivas, quer dizer, suas relações invariáveis de sucessão e semelhança. A explicação dos fatos, reduzida aos seus termos reais, não será daqui para a frente outra coisa que não a coordenação estabelecida entre os diversos fenômenos particulares e alguns fatos gerais, os quais as diversas ciências têm que limitar ao menor número possível.

(Comte, 1830-1842, p. 34-35)

Comte foi o primeiro pensador a utilizar o termo *sociologia* para referir-se ao estudo científico da sociedade. A convicção de que o mundo social se regia, assim como o mundo físico, por uma série de leis invariáveis, o levou a definir a sociologia como uma ciência positiva, cujo objetivo devia ser a busca das leis que explicam o mundo social. Nessa busca, o sociólogo devia empregar os mesmos métodos que se utilizavam em outras ciências. Embora o trabalho de Comte tenha sido mais teórico do que empírico, uma de suas principais contribuições se encontra em suas reflexões sobre os métodos da sociologia. Entre os métodos de pesquisa que Comte recomendou para a sociologia estão a observação, a experimentação e a comparação, destacando, nesse último método, a análise histórica comparada.

e na experimentação. As idéias que expõem o desenvolvimento de suas abordagens positivistas se encontram nos seis volumes de seu *Curso de filosofia positiva*, publicados entre 1830 e 1842.

A teoria de Comte propõe que a história do pensamento evoluiu por intermédio de três estágios, o teológico, o metafísico e o positivo. Este último é caracterizado pelo abandono das crenças no sobrenatural e pela adoção do método científico. Pela aplicação do método positivo à sociologia, Comte tratava de realizar uma transformação que fosse capaz de solucionar os problemas sociais de sua época. O caminho para reformar a sociedade devia partir, em sua opinião, da descoberta das leis gerais que a governam. As idéias conduziram a um ideal com tons místicos, em que o positivismo mais do que um método se tornaria uma religião, na qual os sociólogos ocupariam um papel mais destacado. Essas abordagens formam seu sistema de política positiva, concluído em 1854, três anos antes de sua morte.

Outros campos que atraíram seu interesse foram a biologia e as funções do cérebro, sobre as quais elaborou uma teoria na qual dividia o órgão em três áreas: um cérebro afetivo, outro intelectual e outro ativo. Comte também se interessou pela ética, matéria à qual tentou dar um status científico, e pela religião, campo em que prognosticou que todas as crenças convergiriam em uma única *Religião Global da Humanidade*.

Comte pensava que as ciências estavam ordenadas hierarquicamente, e cada uma delas devia encontrar-se fundamentada na ciência do nível imediatamente anterior. A idéia o levou a estabelecer a seguinte hierarquia: matemática, astronomia, física, química, fisiologia e sociologia. A matemática era, portanto, a ciência mais básica, enquanto a sociologia, a forma mais complexa do conhecimento científico. A hierarquia das ciências de Comte representava uma concepção reducionista do estudo da sociedade, porque para explicar os fenômenos sociais teria de recorrer a leis procedentes de outra ciência. A visão negativa de Comte da psicologia da época, a qual considerava excessivamente metafísica, o levou a excluir a disciplina de sua classificação. Em sua opinião, não tinha sentido falar de uma ciência psicológica, pois considerava que o estudo do indivíduo devia ser realizado pela fisiologia, e o estudo da pessoa como ser social seria tarefa da sociologia.

As idéias de Comte não levaram a uma filosofia da ciência propriamente dita, mas foram o ponto de partida do positivismo, que adquiriu um importante desenvolvimento ao longo de todo o século XIX, e foi a base, posteriormente, do positivismo lógico, corrente hegemônica em filosofia da ciência na primeira metade do século XX. O positivismo do século XIX não se esgota, entretanto, nas idéias de Comte. Ele se desenvolveu em diferentes versões, entre as quais podemos destacar o fenomenalismo radical de Ernst Mach (1836-1916), o convencionalismo de Jules H. Poincaré (1854-1912) ou o instrumentalismo de Pierre Duhem (1861-1916). Alguns autores incluem também no positivismo do século XIX os pragmáticos norte-americanos (veja, por exemplo, Oldroyd, 1986), apesar de as diferenças entre ambas as correntes serem maiores do que suas semelhanças. Embora existam importantes divergências entre as diversas formas do positivismo, todas elas assumem, segundo Koiakowski (1972), quatro princípios: o *princípio do fenomenalismo*, segundo o qual só aquilo que é diretamente acessível por meio da experiência sensorial pode ser objeto de conhecimento científico; o *princípio do nominalismo*, segundo o qual a linguagem científica deve fazer referência a objetos externos, individuais e particulares, e não a entidades abstratas e universais; o princípio que nega valor cognitivo a julgamentos de valor e afirmações normativas; e o *princípio da unidade da ciência*, segundo o qual existe um único método do conhe-

cimento científico, e todas as ciências, sem exceção, devem segui-lo. Pode-se dizer que os positivistas estavam, em geral, de acordo com a idéia de que as provas empíricas deviam ser a base de todo conhecimento científico e que era necessário eliminar da ciência todos os conceitos metafísicos. Entretanto, nem todos os positivistas adotaram com igual convencimento o *critério do fenomenalismo*, segundo o qual deve ser eliminado da ciência tudo aquilo que não é acessível à experiência. Enquanto essa tese era adotada de forma radical por Mach (que chegou a posições tão absurdas como negar a existência dos átomos), outros positivistas foram menos dogmáticos nesse sentido.

As diferentes versões do positivismo exerceram uma influência significativa na forma em que tanto a sociologia quanto a psicologia se estabeleceram como disciplinas científicas independentes. Impressionados pelo grande desenvolvimento que as ciências naturais tinham experimentado ao longo do século XIX, e convencidos de que esse desenvolvimento guardava uma estreita relação com o método seguido pelas ciências naturais, os primeiros cientistas sociais acolheram, em geral, com agrado a tese positivista da unidade da ciência. Dessa maneira, quando as diferentes ciências sociais começaram a se tornar independentes da filosofia, durante a segunda metade do século XIX, foram muitos os que acreditaram que essa independência devia realizar-se ajustando-se aos esquemas ditados pelo positivismo. O processo se encontra tanto na sociologia de Émile Durkheim quanto na psicologia de Wilhelm Wundt, embora, como veremos mais adiante, a posição de Wundt deva ser matizada.

A sociologia como ciência: Émile Durkheim

Apesar de Saint-Simon e Comte terem estabelecido as bases de uma ciência da vida social, a consolidação definitiva da sociologia como disciplina científica independente da filosofia não ocorreu na França até final do século XIX. Nesse processo de independência, Émile Durkheim (1858-1917) teve um papel significativo.

Em seu livro *La división del trabajo social* Durkheim (1893) aborda o tema da evolução da sociedade, central para a sociologia da época. Inspirando-se em algumas das idéias do sociólogo britânico Herbert Spencer, Durkheim concebeu a sociedade como uma entidade supra-orgânica, e descreveu a evolução social como um processo no qual, a partir de um estado de homogeneidade inicial, foram-se produzindo uma heterogeneidade e uma diferenciação crescentes. O objetivo central dessa obra foi a distinção entre *solidariedade mecânica* e *solidariedade orgânica*. Segundo Durkheim, enquanto nas sociedades pré-industriais, caracterizadas por uma escassa divisão do trabalho, predomina a *solidariedade mecânica*, nas sociedades modernas, a crescente divisão de tarefas e funções especializadas implica em uma solidariedade diferente, a *solidariedade orgânica*. A primeira nasce das semelhanças entre os membros da sociedade; nelas a consciência coletiva anula a consciência individual e as normas que regulam as relações entre as pessoas são de caráter penal ou repressivo. Pelo contrário, nas sociedades industrializadas, predomina a consciência individual diante da consciência coletiva e as sanções pela violação das normas são mais de caráter restituidor do que de caráter penal:

A primeira liga o indivíduo com a sociedade diretamente, sem nenhum intermediário. Quanto à segunda, depende da sociedade porque depende das partes que a compõem. A sociedade não é vista sob o mesmo aspecto nos dois casos. No primeiro, o que assim denominamos é um conjunto de crenças comuns a todos os membros. No segundo caso, ao contrário, a sociedade, da qual somos solidários, é um sistema de funções diferentes e especiais unidas por relações definidas. A solidariedade que deriva das

semelhanças chega a seu máximo quando a consciência coletiva cobre exatamente nossa consciência total... Ocorre justamente o contrário com a solidariedade que produz a divisão social do trabalho. Enquanto a anterior implica que os indivíduos se assemelham, esta supõe que eles diferem uns de outros.

(Durkheim, 1893/1973, p. 112-114)

A posição de Durkheim com respeito aos fundamentos epistemológicos e metodológicos da sociologia aparece claramente exposta em *Las reglas del método sociológico* (1895), cujo título fala por si só do convencimento de Durkheim de que existe um método válido de estudo da sociologia científica. Em sua pretensão de situar a sociologia no nível do trabalho científico, Durkheim começa por redefinir seu objeto de estudo que, para ele, devem ser os fatos sociais. Na regra fundamental do método sociológico “tratar os fatos sociais como coisas” e no esclarecimento de que “é coisa tudo o que se impõe à observação”, constata-se a adoção, por parte de Durkheim, da *regra do fenomenalismo* que, com maior ou menor intensidade, defendiam os positivistas. Para Durkheim (1895/1991, p. 55),

tratar os fenômenos como coisas, é tratá-los como “dados”, que constituem o ponto de partida da ciência. Os fenômenos sociais apresentam de uma maneira incontestável este caráter. O que nos é dado não é a idéia de valor que é forjada pelos homens, pois isso é inacessível. O que nos é dado são os valores que realmente se modificam no curso das relações econômicas.

Por outro lado, e adotando uma atitude claramente oposta à que deriva de uma concepção interpretativa das ciências sociais, Durkheim (1895/1991, p. 55) sublinha como tarefa fundamental do método científico a busca da objetividade, o que em sociologia só pode ser obtido mediante o distanciamento do sociólogo com relação à realidade que estuda:

É preciso, portanto, considerar os fenômenos sociais em si próprios, desligados dos sujeitos que os representam: é preciso estudá-los objetivamente como coisas externas, pois é com este caráter que se apresentam à nossa consideração.

Durkheim (1895/1991, p. 121) enfatiza também a necessidade de que a explicação causal em sociologia se situa no nível social, e estabelece como princípio metodológico da sociologia que “deve-se buscar a causa determinante de um fato social entre os fatos sociais que o antecederam, e não entre os estados de consciência individuais”. Do interesse por objetivar os fatos sociais, surge sua concepção da sociedade como uma entidade independente dos indivíduos que a constituem. Para explicar as relações entre a sociedade e os indivíduos sem recorrer a causas psicológicas, ele introduz o conceito de consciência coletiva. Ao explicar os fatos sociais, a sociologia, segundo Durkheim (1895/1991, p. 116), não deve recorrer às consciências individuais, mas à consciência coletiva:

Agregando-se, penetrando-se, fundindo-se, as almas individuais engendram um ser, psíquico se quiser, mas que constitui uma individualidade psíquica de um novo gênero. É na natureza desta individualidade coletiva, e não nas unidades integrantes, que é preciso procurar as causas próximas e determinantes dos fatos que se produzem nela. O grupo pensa, sente, atua de maneira distinta de como o fariam seus membros, se se encontrassem isolados. Portanto, se partimos destes membros não poderemos compreender nada do que acontece no grupo... Por conseguinte, sempre que se explica diretamente um fenômeno social por um fenômeno psíquico, pode-se ter a segurança de que essa explicação é falsa.



Émile Durkheim (1858-1917)

Émile Durkheim nasceu em Épinal (França) em 15 de abril de 1858. Seguindo uma forte tradição familiar, começou a estudar para se tornar rabino, e durante seus primeiros anos se familiarizou com o hebreu, o Antigo Testamento e o Talmud. Entretanto, abandonou a idéia ao chegar à adolescência, apesar de manter durante toda a sua vida um grande interesse pela religião, que culminou no estudo científico desta. Os bons resultados obtidos durante o bacharelado o animaram a apresentar-se à École Normale Supérieure, de muito prestígio na época. Entre as personalidades com quem teve contato no centro de estudos estavam o filósofo Henry Bergson e Jean Jaures, que se converteria em líder socialista. Durkheim não se sentiu confortável com a forte ênfase literária e artística de sua formação, pois seus interesses estavam relacionados com a ciência e as questões morais. No entanto, graduou-se com grande êxito e em 1893 publicou sua tese, *La división del trabajo social* e outro relato, fruto de sua tese de doutorado escrita em latim sobre Montesquieu. Pouco depois, em 1895, publicou sua principal obra metodológica, *Las reglas del método sociológico* e dois anos depois, em 1897, seu livro *El suicidio*.

A consciência coletiva é, afinal, a que determina a consciência individual. As relações entre a sociedade e o indivíduo se explicam mediante o mecanismo da coerção. Os fatos sociais exercem um poder coercitivo sobre as pessoas. A coerção que a sociedade exerce sobre os indivíduos pode adotar diferentes formas: a sanção, que deriva da infração das leis, as limitações impostas pela linguagem, a influência social, as restrições impostas pelo desenvolvimento natural ou tecnológico, e as crenças, normas e regras que se aprendem durante o processo de socialização.

Em suas reflexões sobre a relação entre o indivíduo e a sociedade, Durkheim enfatizou, portanto, a prioridade do social sobre o individual. É a sociedade que determina o comportamento da pessoa. Essa idéia se encontra bem exemplificada em seu estudo sobre *El suicidio*, no qual seguindo o enfoque adotado em *Las reglas del método sociológico*, tenta provar que essa conduta não pode ser explicada por princípios de natureza psicológica. Durkheim distingue três tipos de suicídio: o egoísta, que significa uma integração insuficiente dos indivíduos na sociedade; o altruísta, que responde de maneira contrária, quando o indivíduo está excessivamente integrado na sociedade e, finalmente, o anômico, no qual a atividade do indivíduo se encontra desorganizada e sofre da falta de normas que o vinculem à sociedade. Em sua pesquisa, Durkheim defende que o suicídio é uma realidade externa aos indivíduos, e que não se explica por causas individuais, mas sociais; quando uma sociedade não dá a seus membros os recursos necessários para estabelecer os vínculos sociais apropriados, os mais vulneráveis podem acabar cometendo suicídio:

De todos estes fatos resulta que a cifra social dos suicídios não se explica mais que sociologicamente. É a constituição moral da sociedade é que fixa em cada instante o contingente das mortes voluntárias. Portanto, existe para cada povo uma força coercitiva, de uma energia determinada, que impulsiona os homens a se matarem. Os atos que o paciente realiza e que, à primeira vista, parecem expressar tão-somente seu temperamento pessoal, são, na realidade, a conseqüência e prolongação de um estado social, que ele manifesta externamente. Cada grupo social tem por este ato uma inclinação coletiva que lhe é própria, e dela procedem as inclinações individuais.

Nessa época viajou à Alemanha para estar em contato com os avanços científicos que Wilhelm Wundt fizera em psicologia, sobre os quais escreveu muitos artigos que lhe abriram as portas, em 1896, da Universidade de Bordeaux, onde ministrou a primeira aula de ciência social dada na França.

Da Universidade de Bordeaux passou à Sorbonne em 1902, onde se afirmou como um intelectual influente. Seu interesse pela religião fez surgir outro importante livro, *Las formas elementales de la vida religiosa*, que publicou em 1912. De maneira geral, seu pensamento se baseia no estudo da sociedade com base nos fatos sociais, considerados entidades externas ao indivíduo que lhe são impostas de forma coercitiva. Durkheim se opôs sempre ao reducionismo biológico ou psicológico nos estudos dos fenômenos sociais. Outra de suas mais importantes contribuições foi o conceito de representação coletiva, que foi a inspiração da teoria das representações sociais de Serge Moscovici. Em 1898 fundou a revista *L'année Sociologique*, de grande influência não somente para a consolidação da sociologia, mas também de outras disciplinas como a antropologia, a história, a lingüística e a psicologia. Durkheim morreu em 1917, tendo deixado sua marca na trajetória de muitos acadêmicos franceses. Somente anos depois suas idéias começariam a se difundir por outros países, com o mesmo impacto que em sua terra natal.

Durkheim se volta para o estudo da consciência coletiva em outro de seus grandes trabalhos: *Las formas elementales de la vida religiosa*, publicado em 1912. O texto é de grande importância para a psicologia social posterior, pois é nele que Durkheim, partindo do estudo das crenças religiosas mais *primitivas* das tribos australianas, desenvolve o conceito de representação coletiva, que foi substituindo progressivamente o de consciência coletiva. Em sua opinião, a filosofia e a ciência nasceram da religião; nossas categorias de pensamento e representações da realidade surgem de um fato social, como são as crenças religiosas. O estudo dessas representações coletivas, que incluem a religião, os mitos, a filosofia, a ciência e, em geral, todas as nossas formas de conhecimento, deve ser objeto de um ramo especial da sociologia, já que elas não são nem um fenômeno individual nem o resultado de uma mente individual, mas o produto da idealização coletiva. Não podem reduzir-se, portanto, ao nível da consciência individual, já que não dependem do indivíduo, e sua duração no tempo é maior que a duração da vida individual:

A sociedade é uma realidade *sui generis*; tem características próprias que não se encontram, sob a mesma forma, no resto do universo. As representações que a expressam têm um conteúdo completamente diferente daquele das representações individuais, e podemos estar seguros, em princípio, de que as primeiras incorporam algo às segundas. As representações coletivas são o produto de uma imensa cooperação estendida não somente no tempo, mas também no espaço; uma multidão de espíritos diferentes associaram, misturaram, combinaram suas idéias e sentimentos para elaborá-las; grandes séries de gerações acumularam nelas sua experiência e seu saber.

(Durkheim, 1912/1992, p. 14)

A influência de Durkheim não está só na disciplina da qual é fundador, a sociologia. A sua contribuição a ultrapassa. Assim, Allport (1985) reconhece no trabalho de Jean Piaget sobre o *realismo moral* do menino, ou em Frederic Bartlett e sua concepção da memória como um produto social e cultural, as características do sociólogo francês e sua concepção das representações coletivas. Mas, entre as muitas contribuições de seu legado intelectual, destaca-se, sem dúvida, e especialmente no caso da psicologia social, como veremos no Capítulo 5, a influência que sua teoria das representações coletivas exerceu

sobre Serge Moscovici e sua teoria das representações sociais, um dos principais enfoques da psicologia social atual, cuja origem está na crítica do psicólogo social europeu a Durkheim.

O estudo da imitação: Gabriel Tarde

O conceito de consciência coletiva colocou Durkheim em enftretamento com outros sociólogos da época. Para a psicologia social, é especialmente relevante a contribuição de Gabriel Tarde (1843-1904) para essa polêmica. Tarde era contra a redução biológica da sociologia de Spencer, mas também negou veementemente a existência de uma consciência coletiva independente dos indivíduos. O criminologista, estatístico e sociólogo sublinhava que os efeitos da sociedade sobre o comportamento individual não são o produto de processos psicológicos independentes e situados fora de indivíduo, mas o resultado das “reações recíprocas entre as consciências” (Tarde, 1904/86, p.42). A idéia o levou a considerar seu sistema psicológico como uma *interpsicologia*, cujo processo básico se encontrava na *imitação* e, ocasionalmente, na *invenção* como motor do intercâmbio social. Opondo-se abertamente às idéias de Durkheim, que recusara as interpretações dos fatos sociais em termos psicológicos, Tarde afirma que a sociologia deve estar fundamentada na psicologia. Diante do realismo social de Durkheim, Tarde defendia que a realidade social é o produto de estados psicológicos que se dão como resultado da associação dos indivíduos. A seu ver só existia um nível de realidade, o dos indivíduos associados e seus efeitos sobre a consciência.

As contribuições de Tarde à psicologia social estão apresentadas em dois volumes, *Las leyes de la imitación* (1890) e *La lógica social* (1895), que originalmente tinham sido concebidos como uma única obra cujo título inicial seria *Psicología social y lógica social*. Se tivesse mantido a idéia inicial, o texto de Tarde teria sido o primeiro sobre a disciplina (veja Ibáñez, 1990).

A psicologia social era concebida por Tarde como uma *psicologia intermental* ou uma *sociologia elemental*, cuja unidade de análise eram os atos individuais e as relações interpessoais. A vida social se limitava, em sua opinião, a ações e interações individuais. Para Tarde, o mecanismo explicativo da conduta social não era a coerção, como defendia Durkheim, mas a imitação. Durkheim, por seu lado, respondia que a difusão dos fatos sociais não se devia à imitação, mas à influência que exerciam os fatos sobre o indivíduo. Isto é, se acontecia a imitação, esta se devia ao caráter obrigatório dos fatos. Grande parte do trabalho de Tarde visava formular as leis gerais da imitação, que podem resumir-se em três: a *lei do descender*, segundo a qual as tendências no comportamento são iniciadas pelas pessoas de status superior e imitadas pelas de status inferior; a *lei da progressão geométrica*, segundo a qual a difusão das idéias de uma população costuma começar lentamente para, depois, crescer com rapidez; e a *lei do próprio antes que o estranho*, segundo a qual a cultura própria é imitada antes que as estrangeiras.

Para Tarde, portanto, o comportamento social não é o resultado da influência unidirecional da coletividade sobre o indivíduo, mas sim de um processo de influência recíproca entre as consciências que surge no contexto de interações espontâneas. Isso faz de Tarde o precursor do conceito atual de interação. Entretanto, como assinala Curtis (1962, p. 121), embora Tarde indicasse o caminho que conduz a esse conceito-chave, expôs de forma inadequada sua elaboração específica. Quer dizer, Tarde mostrou o caminho que leva ao terreno da interação social, mas o fez falando de um processo intracerebral de *imitação* que era muito formal e simplista para sobreviver como teoria adequada da psicologia social.

Além disso, Tarde considerava que era no indivíduo que residia a explicação definitiva de todo comportamento, por isso era um firme partidário do individualismo metodológico. Justamente ao contrário de Durkheim, que afirmava que toda explicação de um fenômeno social que parte de um fenômeno psíquico sempre será equivocada.

Como veremos no próximo capítulo, algumas das idéias de Tarde, em especial sua análise das leis da imitação, foram absorvidas por outros psicólogos sociais entre os quais podemos destacar Edward Ross. Os princípios de Tarde constituíram a principal base teórica sobre a qual se articulou o manual de psicologia social publicado pelo autor em 1908. Do mesmo modo, o pensamento de Tarde teria influência nos sociólogos da Escola de Chicago.

A psicologia das massas: Gustave Le Bon

Outro antecedente da psicologia social na segunda metade do século XIX é o estudo sobre o comportamento das massas de Gustave Le Bon (1895). Embora suas idéias não sejam inovadoras e já se encontrassem em outros autores da época, como o criminalista Scipio Sighele (que acusou Le Bon de plágio), ou o próprio Gabriel Tarde, a verdade é que sua obra se firmou como a precursora dos estudos de psicologia das massas. Todos os textos de psicologia das massas, como o clássico de Moscovici (1985a) ou os mais recentes sobre psicologia do comportamento coletivo (Pastor, 1997; Vázquez, 2001), incluem em suas páginas alguma referência ao pensamento de Le Bon. Igualmente, são numerosos os livros de psicologia social onde a obra de Le Bon é analisada com certo detalhe (Alvaro, 1995; Blanco, 1988; Colher, Minton e Reynolds, 1991). Também não podemos esquecer que até o próprio Freud leu com atenção a obra de Le Bon e incluiu em seu livro de 1921 *La psicología de las masas y análisis del yo* uma extensa referência ao pensamento do autor, mostrando suas coincidências e discrepâncias com ele. A idéia central sobre a qual se baseia o pensamento de Le Bon é o reconhecimento da massa como uma entidade psicológica independente daquela de seus membros. Diferentemente de Tarde, Le Bon afirma que quando os indivíduos se reúnem para formar parte de uma multidão surgem determinados processos psicológicos que não estão presentes no indivíduo isolado. Quer dizer, existem entidades psicológicas supra-individuais que surgem como consequência da união de indivíduos. A idéia está expressa na *lei psicológica da unidade mental das massas*:

O fato mais chamativo que apresenta uma massa psicológica é o seguinte: independentemente de quem sejam os indivíduos que a compõem, da similaridade ou não de seus gêneros de vida, de suas ocupações, caráter e inteligência, o simples fato de terem se transformado em massa lhes confere uma espécie de alma coletiva. Esta alma lhes faz sentir, pensar e agir de um modo completamente diferente de como o faria cada um deles isoladamente.

(Le Bon, 1895/1983, p. 29)

Outro aspecto que define o pensamento de Le Bon é sua concepção negativa da massa. Sob a influência da multidão, as pessoas são capazes de transformar qualquer idéia em atos de barbárie, que não realizariam se estivessem sozinhas. Segundo Le Bon, quando a pessoa se vê envolvida na excitação coletiva gerada pelas massas, perde temporalmente algumas das faculdades de raciocínio que tem na vida cotidiana, e chega a ser muito sugestível. Sob a influência da massa, a pessoa retorna às formas mais primitivas de reação.



Gustave Le Bon (1841-1931)

O conhecimento adquirido por meio de seus trabalhos e suas pesquisas em várias disciplinas, como a medicina, a psicologia, a sociologia e a etnologia, consolidou Gustave Le Bon como uma referência constante nos estudos sobre a dinâmica social e grupal. Alguns psicólogos sociais, como Gordon Allport, chegaram a considerar seu estudo sobre as multidões um dos de maior importância em psicologia social. Sua contribuição mais influente, *Psicología de las masas*, publicado em 1895, foi considerado um texto polêmico devido às conseqüências do fato de expor sua concepção de massa como um lugar em que um indivíduo racional se transforma em um bárbaro sem livre-arbítrio. Além disso, Le Bon foi acusado de ter plagiado as idéias contidas nesse livro. O caráter controverso de seus postulados torna-se visível ao se considerarem as diferentes personalidades que ele influenciou, de Freud, que o estudou para amadurecer suas próprias idéias sobre o comportamento das massas, até Hitler e Mussolini, que se basearam em seus estudos para deslegitimar o sistema democrático. Para Le Bon, a racionalidade se dilui quando várias pessoas se unem e tentam coordenar suas ações. Um poder superior, semelhante ao que exerce o hipnotizador sobre o hipnotizado, é o que determina o comportamento da pessoa na massa. Com base nessa hipótese previu o fracasso de qualquer tentativa de consolidar instituições democráticas, entre as quais incluía os parlamentos, e insinuou a conveniência de governos autocráticos.

Isolada, uma pessoa pode ser um indivíduo civilizado e culto; em uma massa é um bárbaro, quer dizer, uma criatura que atua por instinto. Possui a espontaneidade, a violência, a ferocidade, e também o entusiasmo e o heroísmo dos seres primitivos.

(Le Bon, 1985/1983; p. 33)

Le Bon interpreta, portanto, a influência das massas sobre o comportamento individual como um processo unidirecional. Na multidão se produz um processo de degeneração para um estado primitivo de inconsciência coletiva. O resultado é que os indivíduos perdem sua identidade e mostram um caráter compartilhado. Os princípios psicológicos que Le Bon utilizou para caracterizar a irracionalidade do comportamento dos indivíduos na massa foram a sugestão e o contágio. Duas idéias presentes na psicologia clínica da época, em que se usava a sugestão hipnótica como técnica de diagnóstico e terapia, e nas investigações médicas sobre o contágio bacteriológico de Louis Pasteur (1822-1895) e Robert Koch (1843-1910).

As idéias de Le Bon devem ser tratadas com reserva, pois estendia suas conclusões sobre o comportamento das massas a diferentes grupos sociais, entre os que estavam incluídos os jurados, as massas eleitorais e as assembléias parlamentares. Nenhum dos grupos podia, segundo Le Bon, tomar decisões racionais como o faria a pessoa isolada. Em sua opinião, eram propensas a deixar-se dominar pelas emoções da multidão, pela moda ou pelo capricho, como as massas da rua. Na base das explicações de Le Bon estava, portanto, seu pensamento reacionário e o interesse por provar que a democracia deixaria expostas as reações mais primitivas dos seres humanos, eliminando suas faculdades mais civilizadas.

Le Bon nasceu em Nogent-le-Retrou em 1841, o que pode de certa maneira explicar seu pensamento. A França do final do século XIX foi, na Europa, uma exceção democrática onde a atividade dos partidos políticos, os sindicatos e a opinião pública faziam parte da vida social. Le Bon nunca concordou com o espírito democrático de sua época, e seus trabalhos foram um modo de expressar a rejeição ao ambiente pluralista que o cercou.

Apesar do racismo que é possível perceber em alguns momentos de sua obra (acreditava, por exemplo, na hierarquia das raças), suas publicações alcançaram uma difusão impressionante. *Psicología de las masas*, a mais destacada entre elas, foi reeditada quase 50 vezes em poucos anos e traduzida para 16 idiomas. Le Bon escreveu sobre temas muito variados, entre os quais se destacam, por pitorescos, uma análise experimental da equitação, uma série de estudos sobre o tabaco, alguns livros de viagens e um texto sobre a teoria da relatividade, sobre a qual reivindicou a autoria, provocando a indignação de Einstein.

Le Bon morreu em 1931, tendo se consolidado como uma das referências inquestionáveis para a compreensão dos fenômenos coletivos. Assim, tanto os que vêem sua obra como um meio para compreender certos comportamentos grupais como para os que encontram nela motivos para reavivar um pensamento ultraconservador, carregado de preconceitos racistas, mantêm viva a polêmica sobre o mais discutível legado científico do autor.

O DESENVOLVIMENTO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NA ALEMANHA

O desenvolvimento das ciências sociais na Alemanha durante a segunda metade do século XIX foi fortemente influenciado pelo choque que foi o positivismo para a filosofia idealista alemã. Os idealistas alemães partiam do princípio de que todo indivíduo mantém uma simbiose com a cultura à qual pertence, e as formas e conteúdos de cada cultura são historicamente determinados. Um dos primeiros a enfatizar a determinação cultural da personalidade individual foi Johann Gottfried von Herder (1744–1803). Para esse filósofo, a sociedade era um supra-organismo no qual o indivíduo e os grupos desempenham funções parecidas com as células e os órgãos. Pertencer a uma comunidade cultural homogênea – *Volkseele* – era uma condição necessária para que a pessoa pudesse desenvolver suas capacidades e atualizar todo seu potencial. Herder enfatizou, além disso, a absoluta singularidade e o caráter temporário de cada cultura. Na filosofia herderiana, a diversidade cultural era concebida como uma característica natural da existência social humana, como também o era o fato de que cada cultura vai mudando ao longo da história. Da mesma forma que cada pessoa é diferente das demais, cada cultura tem suas próprias características. Essa singularidade exigia o reconhecimento da especificidade e o estudo dos casos particulares. Por isso, Herder recusou a aplicação da metodologia das ciências naturais ao estudo dos fenômenos sociais. A singularidade de cada cultura e de cada atividade humana é incompatível com a busca de regularidades universais e de leis quantitativas. A idéia o levou a rechaçar o racionalismo da Ilustração e a crença dos racionalistas na onipotência do método científico.

Essa forma de conceber a personalidade individual encontrou continuidade na obra dos filósofos idealistas alemães, especialmente em *La teoría de la mente objetiva* de Hegel, e estava profundamente arraigada no pensamento filosófico alemão quando começaram a surgir as abordagens do positivismo. A confrontação do modelo de cientificidade positiva, adotado pelas ciências naturais, com as posições

defendidas pela escola historicista provocou uma forte polêmica sobre os pressupostos epistemológicos e metodológicos das ciências sociais. Isso influenciou de maneira decisiva na forma em que, tanto a psicologia quanto a sociologia, se constituíram em disciplinas científicas independentes.

A consolidação da psicologia experimental

A constituição da psicologia como disciplina científica independente teve lugar na Alemanha em meados do século XIX, e esteve muito vinculada ao desenvolvimento, naquela época, das ciências naturais, especialmente a fisiologia e a psicofísica. Até então, tinha havido algumas tentativas de reivindicar o caráter científico da psicologia, mas todos eles tinham encontrado uma forte resistência, apoiada principalmente na impossibilidade de medir e quantificar os conteúdos da mente.

Um dos primeiros a defender o caráter científico da psicologia fora Johann Friedrich Herbart (1776–1841), que em sua obra *La psicología como ciencia fundamentada en la experiencia, en la metafísica y en la matemática* (1825) afirmava que alguns dos conteúdos da mente podiam ser expressos matematicamente, por isso à psicologia cumpria o requisito estabelecido por Kant para definir como científico um conhecimento. O sistema proposto por Herbart seguia tendo, não obstante, um caráter profundamente metafísico, já que as leis matemáticas que propôs não estavam vinculadas a nenhum fato empírico exceto a alma, que era o objeto da psicologia herbartiana. Apesar da oposição de Herbart à idéia de que a psicologia se desenvolvia sobre as bases da fisiologia e da psicofísica, foram os avanços dessas ciências que terminaram possibilitando a constituição da psicologia como disciplina científica independente.

Esses avanços se viram enormemente favorecidos pela reforma universitária ocorrida na Alemanha nos princípios do século XIX, cujo principal objetivo foi aumentar a liberdade acadêmica tanto dos docentes quanto dos estudantes. Para os primeiros, isso significou maior liberdade de cátedra, liberdade de expressão e maiores oportunidades para empreender trabalhos acadêmicos independentes das atividades docentes que, eram, por outro lado, relativamente escassas. Para os estudantes, a liberdade se traduziu na possibilidade de escolha de disciplinas e de mudança de universidade, tradição que, como nos lembra Elzbieta Ettinger (1996) em sua obra sobre *Hannah Arendt y Martin Heidegger*, continuou até o século XX. Inicialmente, as universidades não tinham sido concebidas como centros de pesquisa científica, mas como instituições dedicadas à difusão das idéias dos filósofos idealistas. Entretanto, a reforma universitária terminou por favorecer o desenvolvimento das ciências experimentais, que começaram a introduzir-se no sistema universitário alemão em 1829. A nova concepção de universidade, que tinha representado uma redução da carga docente do professorado e tinha possibilitado, desse modo, o desenvolvimento de trabalhos acadêmicos, significou um grande impulso da pesquisa e favoreceu o desenvolvimento das ciências experimentais, especialmente da química e da fisiologia. Entre os trabalhos experimentais desenvolvidos durante essa época se destacam, por sua relevância para a psicologia, os de Ernst Heinrich Weber (1834) e os de Gustav Fechner (1850–1860), que expressaram matematicamente a relação entre o estímulo e a sensação. Com isso, abria-se definitivamente a possibilidade de medição dos conteúdos mentais, e as ciências experimentais realizavam suas primeiras incursões na psicologia, uma disciplina que até esse momento fora concebida como uma especialidade da filosofia.

A publicação, em 1860, do livro de Fechner *Elementos de psicofísica* pode ser considerada, desse modo, o ponto de partida da psicologia experimental. Os trabalhos experimentais de Fechner foram interpretados em sua época como a primeira demonstração sólida de que os fenômenos mentais po-

dem ser objeto de quantificação e experimentação. Seu livro foi, além disso, pioneiro na criação de um método para a medição indireta das sensações, assim como para o tratamento de questões referentes ao delineamento experimental, mediante uma descrição dos diferentes tipos de erro e as estratégias para evitá-los ou diminuí-los. Mas foi Wilhelm Wundt (1832-1920) quem deu o passo definitivo para a consolidação da psicologia como disciplina independente da filosofia. Como veremos nestas páginas, as idéias de Wundt sobre os pressupostos epistemológicos da psicologia experimentaram uma importante evolução ao longo de sua carreira. Apesar disso, sua tarefa institucional esteve, de certo modo, vinculada às abordagens metodológicas derivadas do positivismo. A versão do positivismo dominante na Alemanha durante a segunda metade do século XIX não era a de Comte, mas a de Ernst Mach, que desenvolveu sua atividade científica no campo da física experimental, e foi um dos representantes do positivismo mais radicais ao adotar a *regra do fenomenalismo*. Para Mach, todo o conhecimento humano procede das sensações, e todos os conteúdos da consciência podem ser expressos como uma soma de sensações. O critério fundamental para julgar se determinada idéia estava incluída no âmbito da ciência era a possibilidade de contrastá-la com a experiência, o que representava a eliminação do âmbito científico de todas as hipóteses que não tivessem fundamentos empíricos. Embora Wundt se opusesse radicalmente a essa forma de positivismo, algumas das idéias de Mach, como, por exemplo, a de que o elemento último da consciência são as sensações, tiveram influência no desenvolvimento da psicologia experimental wundtiana. Por outro lado, embora Wundt fosse evoluindo posteriormente até defender a inclusão da psicologia nas ciências de espírito, a primeira parte de sua carreira se desenvolveu nos esquemas epistemológicos do positivismo.

Na primeira apresentação de sua teoria, Wundt (1863) enfrentou abertamente as especulações sobre a alma predominantes na psicologia filosófica e advogou claramente por uma psicologia científica que seguisse os esquemas das ciências naturais. Para isso, considerou necessária uma redefinição tanto do objeto quanto do método de estudo da disciplina. Inspirando-se na filosofia empirista britânica, Wundt rechaçou a alma como objeto de estudo da psicologia e propôs, em seu lugar, a mente, que ele considerava um processo, mais do que uma substância. Para Wundt, “os fatos psíquicos são acontecimentos e não coisas, ocorrem... no tempo, e não são jamais, em determinado momento, os mesmos do momento precedente” (Wundt, 1873, II, 9, p. 26). A existência dos fenômenos psíquicos vai “fluindo temporalmente, e os elementos que entram na experiência acontecem, se sucedem uns aos outros, em forma ‘unidimensional’ de um contínuo transcorrer” (Wundt, 1873, XI, 12, p. 214).

Ao delimitar os objetivos da nova ciência da mente, Wundt adotou uma perspectiva analítica, semelhante à utilizada pela química, uma das ciências naturais que mais haviam se desenvolvido naquela época. Wundt considerava que as ciências naturais tinham avançado graças à busca e à análise dos elementos básicos que compõem seus objetos. Por isso, propôs como objetivo da psicologia o estudo científico dos elementos básicos da consciência (sensação, imagem e sentimentos) e de suas leis de combinação. Embora isso lhe valesse o adjetivo de atomista, Wundt reconhecia o fato de que a combinação dos elementos mentais dava lugar ao surgimento de novas propriedades (leis da *apercepção* e da *síntese criadora*). Não obstante, sempre manteve a convicção de que a tarefa analítica da psicologia devia realizar-se mediante a decomposição das entidades complexas em seus elementos constituintes.

Em relação ao método de estudo, Wundt considerava que era a própria pessoa que devia observar em si própria o processo mental que se situa entre um estímulo e uma resposta. Por isso propôs a introspecção como único método válido para abordar o estudo dos processos mentais básicos. A introspecção,

quer dizer, a observação da própria mente para perceber os processos que acontecem nela, já tinha sido utilizada como método de estudo pela psicologia filosófica. Entretanto, Wundt propôs uma nova forma de aplicar o método, em que a auto-observação dos processos mentais devia ser submetida a um rigoroso controle experimental.

A mente como objeto de estudo da psicologia, a adoção de uma perspectiva analítica e a utilização da introspecção e do método experimental foram, portanto, as bases sobre as quais se fundou a psicologia experimental, e sobre cujo desenvolvimento dedicou a primeira etapa de sua carreira. Tanto o sistema teórico que elaborou quanto o importante trabalho institucional que desenvolveu (a criação do primeiro laboratório formal de psicologia experimental, a fundação da primeira revista de psicologia experimental e a difusão da nova psicologia) serviram para que Wundt passasse à história como o fundador da psicologia experimental. Embora seus trabalhos não fossem tão detalhados quanto os de Fechner, incluíam algumas reflexões sobre o delineamento experimental, como a necessidade de introduzir séries de controle para eliminar os erros de medição dos instrumentos (veja Algarabel e Soler, 1991). No que se refere ao tipo de amostras utilizadas, os estudos experimentais realizados no laboratório de Leipzig se caracterizavam por utilizar amostras muito pequenas de indivíduos, e muitas vezes um só. Os indivíduos eram estudantes altamente treinados que, muitas vezes, faziam parte da equipe de pesquisa. A clara separação que atualmente se estabelece entre o papel do pesquisador e o do sujeito não existia, portanto, nos primeiros estudos experimentais. Em um mesmo experimento, os estudantes de Wundt participavam como sujeitos e como colaboradores na apresentação dos estímulos, e os relatórios da pesquisa eram assinados, freqüentemente, pela pessoa que havia sido o sujeito, e não pelo pesquisador. O fato de que o próprio Wundt participasse, às vezes, como sujeito em seus experimentos, indica-nos que o papel não era considerado incompatível com a análise teórica. Os sujeitos não eram estranhos entre si, mas se conheciam e se sentiam envolvidos no mesmo empreendimento (veja Danziger, 1985). Essas características foram aspectos essenciais que diferenciaram durante muito tempo a pesquisa alemã daquela realizada em outros países, como a França, onde autores como Binet, Richet e Beaunis desenvolveram uma importante linha de pesquisa com base no estudo experimental dos processos mentais sob condições de hipnose. Nesses experimentos, não só havia uma clara distinção entre pesquisador e sujeito, mas também se estabelecia uma notável diferença de status entre ambos, o qual, segundo Danziger (1985), pode ser explicado pelo contexto médico em que se desenvolveu a pesquisa psicológica na França. Um aspecto essencial dessa forma de definir a situação experimental era a idéia de que os estados psicológicos pesquisados eram algo a que os sujeitos eram submetidos, o que contrastava claramente com o modelo wundtiano, em que os fenômenos estudados eram interpretados como um produto da atividade do indivíduo. As diferenças entre o modelo de pesquisa alemão e o francês se refletiam na terminologia utilizada para referir-se às pessoas participantes. Enquanto nos estudos alemães se utilizava a palavra "percebedor", na França havia um alto grau de uniformidade lingüística e se empregava de forma consistente a palavra "sujeito", utilizada na pesquisa e observação das ciências naturais.

Os experimentos realizados ou dirigidos por Wundt no laboratório da Universidade de Leipzig tinham como objetivo fundamental o estudo de processos sensoriais. Depois de uma análise dos trabalhos publicados na revista do laboratório de Wundt, Boring (1950) assinala que o trabalho desenvolvido abrangeu, por ordem de importância, os seguintes temas: percepção e sensação, tempos de reação e estudos ocasionais sobre associação (memória). O fato de que a pesquisa desenvolvida por Wundt se centrasse exclusivamente nesse tipo de processos não foi em virtude da sua falta de interesse pelos processos

mentais superiores, mas pelo seu convencimento de que eles não eram suscetíveis de serem abordados mediante o método experimental. Wundt estabeleceu uma clara separação entre os aspectos internos e externos dos fenômenos psicológicos, entre a *periféria* da mente e os processos mais profundos, “a mente propriamente dita” (veja García Vega e Moya, 1993 ou Leahey, 1982), e manifestou sempre suas dúvidas sobre as limitações do método experimental para obter conhecimento sobre estes últimos. A convicção de Wundt de que a psicologia experimental só chegava à *periféria* da mente o levou a recusar o método experimental como método válido para abordar o estudo dos processos mentais superiores. Para Wundt, os processos mentais superiores são o resultado da história de desenvolvimento da espécie e, portanto, para a sua adequada compreensão é necessário que a psicologia individual seja complementada pela *Völkerpsychologie*, cujo método devia ser a pesquisa histórica e etnográfica:

A psicologia, como toda ciência natural, dispõe de dois métodos exatos: o primeiro, o método experimental, serve para a análise dos processos psíquicos mais simples; o segundo, o método da observação das produções mais gerais do espírito, serve para pesquisar processos e desenvolvimentos psíquicos superiores.

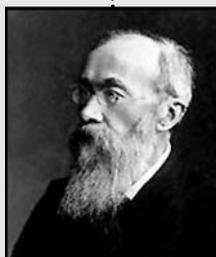
(Wundt, 1896/1996, p. 196)

Dessa forma, Wundt tentava conjugar as exigências de objetividade do positivismo com as abordagens metodológicas derivadas da escola historicista alemã. Para isso, recorreu à *Völkerpsychologie*, ou *Psicologia dos povos*.

A *Völkerpsychologie*

A *Völkerpsychologie*, ou *Psicologia dos povos*, desenvolveu-se na Alemanha como conseqüência da atitude defensiva que adotaram as disciplinas humanísticas diante do avanço das ciências naturais. Como destaca Gustav Jahoda (1995), entre as disciplinas clássicas que se sentiram ameaçadas pelo desenvolvimento apresentado pelas ciências naturais se encontrava a filologia, cujos representantes reagiram ampliando seu campo de estudo, e nele se incluiu a análise das relações entre a linguagem e a cultura. A influência de Friedrich Herbart (1776-1841), que tinha sido decisiva para a consolidação da psicologia como disciplina independente, também foi essencial para a constituição definitiva da *Völkerpsychologie*. A contribuição mais importante de Herbart para o desenvolvimento da *Völkerpsychologie* foi sua concepção da personalidade individual como um produto cultural. Para Herbart, “o homem não é nada sem a sociedade. A única coisa que sabemos com certeza do indivíduo completamente isolado é que não teria humanidade” (Herbart, 1825/1968, II, p. 3). Por isso, postulava que um estudo completo sobre a personalidade devia considerar uma comparação da vida mental dos membros de diferentes culturas. Apesar disso, Herbart rechaçou o conceito de *alma do povo*. Para ele, o único fato real era o indivíduo e, portanto, qualquer conclusão sobre o espírito coletivo deveria derivar do conhecimento sobre a alma individual. A proposta de Herbart consistiu no estabelecimento de um paralelismo entre a interação das idéias na alma individual e a interação das pessoas na sociedade (veja Jahoda, 1995). Esse paralelismo foi uma das bases sobre as quais alguns de seus discípulos construíram depois a *Völkerpsychologie*.

Outra base teórica da *Völkerpsychologie* foram os trabalhos de Wilhelm von Humboldt (1767-1835), um dos representantes da nova filologia alemã, campo em que o estudo da linguagem como um produto cultural ocupava um lugar cada vez mais central. Em seu artigo “Sobre la diversidad



Wilhelm Wundt (1832-1920)

O fato de ter sido o primeiro a escrever um livro-texto sobre psicologia, de ter fundado o primeiro laboratório de psicologia e de ter sido o professor da primeira geração de psicólogos dedicada à experimentação fez com que Wundt fosse considerado o “pai da psicologia experimental”. Wundt nasceu em 1832, em Nekarau, um pequeno povoado próximo a Mannheim. Embora durante seus estudos de bacharelado não tivesse se destacado pela sua capacidade intelectual, ao chegar à Faculdade de Medicina da Universidade de Heidelberg, demonstrou grandes aptidões para a experimentação. Seus primeiros trabalhos de pesquisa lhe possibilitaram começar a relacionar-se com fisiologistas de reconhecido prestígio. Entretanto, sua forte aversão pela prática da medicina o levou a matricular-se na Universidade de Berlim para estudar psicologia.

Aos 25 anos obteve uma vaga de auxiliar na cátedra de Fisiologia da Universidade de Heidelberg, dirigida por Hermann von Helmholtz, onde permaneceu durante os 17 anos seguintes. Em 1862, depois de ter pesquisado e publicado alguns trabalhos sobre os processos da percepção, começou a ministrar psicologia. Durante esses anos, Wundt se interessou pela política e participou ativamente na *Fundação para a Participação dos Trabalhadores*. Entretanto, seu interesse pela psicologia o faria abandonar as atividades para concentrar-se por completo na vida acadêmica.

de la estructura del lenguaje humano y su influencia sobre el desarrollo espiritual de la humanidad” (1836/1988), Humboldt expôs suas idéias a respeito dos efeitos da linguagem e da cultura no pensamento, que constituem um claro antecedente do que depois chegaria a converter-se no centro de interesse da *Völkerpsychologie*.

A verdadeira fundação da *Völkerpsychologie* como disciplina diferenciada da filologia e da psicologia individual foi realizada por Lazarus (1824-1903) e Steinthal (1823-1899), discípulos de Herbart, que criaram, para difundir-la, a revista *Zeitschrift für Völkerpsychologie und Sprachwissenschaft* (1860). Na exposição dos motivos que justificaram o nascimento da nova disciplina, fica bem claro o legado de Herbart:

A psicologia ensina que os humanos são, acima de tudo, seres sociais predestinados a uma vida social, porque só em cooperação com seus pares podem realizar todo seu potencial, podem chegar a ser aquilo para o que estavam predestinados. Ninguém é o que é por seus próprios recursos, mas como resultado da influência da sociedade...

(apud Lück, 1987, p. 22)

A *Psicologia dos povos*, como foi concebida por Lazarus e Steinthal, encontrava-se dividida em duas áreas: a primeira se ocupava do estudo da linguagem, dos costumes e dos mitos, como produtos do contexto cultural e histórico; a segunda estava centrada na elaboração de uma psicologia diferencial dos diferentes povos, raças e nações.

Como assinala Lück (1987, p. 22), embora este pudesse ter sido um excelente programa de trabalho para a psicologia social, Lazarus e Steinthal não foram capazes de desenvolvê-lo. A revista por meio da qual se difundiam os conteúdos da *Völkerpsychologie* foi rebatizada em 1890 com o nome de *Zeitschrift der Vereins für Völkerkunde* (Revista da Associação de Etnologia), e a mudança de nome veio

Embora tivesse se apresentado para substituir Von Helmholtz na disciplina de fisiologia, não chegou a obter o cargo, o que fez com que se concentrasse em suas próprias pesquisas, que seriam os alicerces do livro *Princípios de psicologia fisiológica*.

A fase mais produtiva de sua carreira estava apenas começando. Depois de uma rápida passagem pela Suíça, foi contratado pela Universidade de Leipzig, onde fundou o primeiro laboratório de psicologia experimental, por volta de 1879. Durante os anos em que esteve à frente do laboratório dirigiu mais de 100 teses de doutorado e abordou temas filosóficos, alguns dos quais recolhidos em seu livro *Ética*, em que estudava os hábitos e os costumes sob a óptica positiva.

Apesar de ter sido o primeiro psicólogo a tentar abordar de forma científica o estudo da mente, sua obra não se limitou a explorar os processos mentais individuais. Com quase 70 anos de idade, e com problemas de visão, empreendeu o ambicioso projeto de elaborar uma *psicologia dos povos*, substituindo o método introspectivo que havia recomendado para explorar a consciência, pelo histórico-comparativo. Durante os últimos 20 anos de sua vida se dedicou a redigir os 10 volumes dessa obra e de sua autobiografia, que terminou uma semana antes de sua morte, em 1920. Seu legado intelectual se encontra em mais de 52 mil páginas, nas quais são descritos os diferentes rumos que tomou a psicologia.

acompanhada de uma mudança no conteúdo, de tal forma que o programa de psicologia social comparada com orientação marcada para o estudo da linguagem terminou dando lugar a uma simples análise descritiva do folclore.

A *Völkerpsychologie* adquiriu um novo impulso quando algumas dessas idéias foram incorporadas por Wundt à psicologia. Embora algumas vezes costume-se considerar a *Völkerpsychologie* um produto secundário do pensamento de Wundt, de quem somente recebeu atenção no final de sua carreira, o certo é que seu interesse por ela aparece já refletido em suas primeiras obras e, a partir daí, foi evoluindo de forma constante até que, entre 1900 e 1920, foram aparecendo os dez volumes da *Völkerpsychologie: Eine Untersuchung der Entwicklungsgesetze von Sprache, Mythos und Sitte*. O leitor interessado em uma análise detalhada do pensamento de Wundt pode consultar o livro de Gustav Jahoda, *Encrucijadas entre la mente y la cultura* (1995).

As primeiras reflexões sobre a *Völkerpsychologie* estão registradas no segundo volume das *Lecciones sobre la mente humana y animal*, publicado em 1863. Na primeira fase, Wundt centrou seu interesse no desenvolvimento dos costumes, para cuja compreensão não considerava adequado o estudo da consciência individual, mas a análise da vida histórica dos povos. É necessário assinalar que na primeira versão da *Völkerpsychologie*, Wundt utilizava o termo “cultura” como sinônimo de desenvolvimento. Daí que uma grande parte dessas reflexões iniciais estivesse centrada na descrição das diferentes etapas do desenvolvimento histórico da humanidade, o processo pelo qual se passou de uma *Naturvölker* para uma *Kulturvölker*. Tratava-se, como nos lembra Jahoda (1995), de um pensamento pouco elaborado, no qual abundavam imagens estereotipadas muito divulgadas naquela época, e que o próprio Wundt rejeitou posteriormente.

Uma nova versão da *Völkerpsychologie* aparece nas duas primeiras edições dos *Princípios de psicologia fisiológica* (1873, 1880). Embora as idéias de Wundt tivessem sido objeto de uma maior elaboração, a *Völkerpsychologie* é definida como uma psicologia descritiva, uma área menor, em comparação com a importância que concedeu à psicologia experimental. Nessa mesma época, aparece no segundo volume da *Lógica* uma reflexão sobre a adequação do método histórico para abordar o estudo da linguagem, do mito e dos costumes, temas que se tornariam posteriormente o centro da *Völkerpsychologie*.

É no final da década de 1880 que começa a ocorrer uma mudança de enfoque verdadeiramente importante no pensamento de Wundt. Na terceira edição dos *Princípios de psicologia fisiológica*, publicada em 1887, a psicologia experimental e a *Völkerpsychologie* são concebidas como duas disciplinas paralelas, com diferentes objetos, mas complementares. Só um ano depois, em 1888, Wundt publica um trabalho em que critica as idéias de Lazarus e Steinthal, pela extrapolação que fazem dos princípios da psicologia individual para a *Völkerpsychologie*. Finalmente, na quarta edição dos *Princípios* (1893), Wundt apresenta sua concepção final da *Völkerpsychologie* como um dos dois grandes ramos da psicologia científica, ao lado da psicologia experimental.

Como já foi mencionado, as reflexões de Wundt sobre a *Völkerpsychologie* deram lugar aos dez volumes da obra *Völkerpsychologie: Eine Untersuchung der Entwicklungsgesetze von Sprache, Mythos und Sitte*, que apareceram entre 1900 e 1920. O conteúdo da obra será analisado brevemente no próximo capítulo, dedicado à consolidação da psicologia social como disciplina independente no primeiro quarto do século XX. Basta ressaltar aqui o fato de que a fundação da psicologia como ciência experimental não foi um processo linear e sem fissuras, o qual nos foi descrito em alguns manuais sobre história da psicologia como, por exemplo, o de Boring (1950). O surgimento da psicologia experimental teve como pano de fundo um importante debate, enfrentando quem defendia a concepção da psicologia como uma ciência natural e quem advogava por sua inclusão na área das ciências de espírito. A evolução da posição de Wundt diante desse debate deve levar-nos a concluir que o próprio fundador da psicologia experimental foi também um dos primeiros a advertir que esta era só uma das áreas em que se encontrava dividida a psicologia. A outra era a *Völkerpsychologie*, em que confluíam as idéias centrais da tradição historicista alemã e que se foi consolidando durante a segunda metade do século XIX como uma das grandes alternativas em torno das quais se poderia ter definido o objeto da psicologia social.

O debate sobre a natureza científica da psicologia

Como já mencionamos, a tese positivista da unidade da ciência encontrou na Alemanha a forte resistência da escola historicista. A idéia de Herder (de que havia uma diferença essencial entre ciências naturais e ciências sociais e, portanto, estas não podiam fundamentar-se nas mesmas bases epistemológicas que aquelas) estava tão profundamente arraigada no pensamento social alemão, que os avanços do positivismo desencadearam uma forte polêmica entre os defensores e os detratores dessa concepção da ciência.

Um dos maiores críticos da tese da unidade da ciência foi Wilhelm Dilthey (1894). Ele estabeleceu uma nítida divisão entre as ciências do espírito, entre as quais incluía a psicologia e as disciplinas histórico-sociais, e as ciências da natureza. A diferença entre esses tipos de ciência não se devia somente ao fato de abordarem objetos de estudo diferentes, mas também, e fundamentalmente, à relação diferente que o cientista estabelece com o objeto estudado. Enquanto no caso das ciências naturais o cientista estuda fenômenos externos, no caso das ciências de espírito, o cientista aborda o estudo de uma realidade da qual

faz parte. Enquanto a percepção dos objetos da natureza é o resultado de processos lógicos de raciocínio hipotético, com os quais estabelecemos o elo causal entre os fenômenos observados, a vida psíquica é o resultado de uma percepção interna de nossas vivências. A constatação dessa diferença levou Dilthey a rechaçar a unidade metodológica da ciência. Os fenômenos físicos podem ser explicados mediante o estabelecimento de relações causais entre eles, mas os fenômenos psicológicos e sociais têm de ser compreendidos.

Por isso, nas ciências da natureza nos é apresentada a conexão natural somente pelas conexões suplementares, por um feixe de hipóteses. Nas ciências de espírito, ao contrário, temos como base a conexão da vida anímica, como algo originalmente dado. “Explicamos” a natureza, mas “compreendemos” a vida anímica... Este fato condiciona a grande diferença dos métodos com os quais estudamos a vida psíquica, a história e a sociedade com relação àqueles métodos que conduzem ao conhecimento da natureza.

(Dilthey, 1894/1978, p. 75)

Essas idéias levaram Dilthey a propor uma divisão da psicologia em duas áreas: a) a *psicologia explicativa*, construída com os conceitos das ciências naturais e centrada na análise empírica, na verificação experimental de hipóteses e na construção de leis, e b) a *psicologia compreensiva*. Embora Dilthey não se opusesse radicalmente à existência de uma psicologia explicativa, mostrou-se crítico diante dela. Rejeitou o atomismo com o qual a psicologia estava abordando o estudo da mente individual e destacou as limitações desse enfoque para abordar o estudo dos processos mentais superiores. Em claro contraste com a concepção analítica de Wundt, que havia proposto como objetivo da psicologia a busca dos elementos primários da consciência, Dilthey considerava que a experiência devia ser tomada como um todo, antecipando assim algumas das idéias que mais tarde se tornariam o centro da psicologia da *Gestalt*. Em oposição à psicologia explicativa, propôs uma psicologia descritiva e analítica cujo método era a hermenêutica, única forma de conhecimento capaz de obter a compreensão tanto da experiência interna quanto da realidade social e histórica. As ciências sociais são, para Dilthey, conhecimentos históricos, que nunca são absolutos ou universais, mas limitados e relativos. O conhecimento dessa realidade vital se obtém por meio das *categorias da vida*. Elas se referem tanto ao conteúdo da experiência quanto a sua representação, e entre essas categorias destacam-se as de significado, valor e fim.

Os conceitos básicos sobre os quais se constrói a psicologia compreensiva de Dilthey são o *Erlebnis*, ou experiência vivida, e a *Verstehen*, ou compreensão, diante da *Erkalren*, ou explicação das ciências naturais. Ao conhecimento compreensivo de si próprio como experiência vivida temos acesso mediante a autognosis, ou *Selbstbesinnung*. O conhecimento dos demais é obtido pela hermenêutica. Vivência e compreensão são os dois elementos básicos das ciências de espírito e, portanto, do conhecimento hermenêutico dos processos psíquicos. A convicção de Dilthey de que esses processos surgem no contexto vital e histórico é, afinal, o que o leva a propor como método de análise a hermenêutica. Para Dilthey (1911/97, p. 95-96):

A própria realidade não pode ser em última instância explicada de maneira lógica, mas somente entendida. Em toda verdade que nos é dada como tal, existe na sua natureza algo inefável, incognoscível... Surge a seguinte questão: em que medida pode compreender-se de maneira lógica o vivido. E se repete a mesma questão ao se tornar objeto de pesquisa a compreensão da vida psíquica alheia, a compreensão na hermenêutica... Portanto, trata-se positivamente de progresso da autognose para a hermenêutica, desta até o conhecimento da natureza.

Diante de uma psicologia atomista e ajustada ao esquema das ciências naturais, Dilthey propõe uma psicologia compreensiva, cujo fim devia ser não a explicação causal dos processos psicológicos, mas a sua compreensão. Como vimos na citação anterior, o pensamento de Wundt foi evoluindo ao longo de sua carreira para chegar, finalmente, a uma concepção da psicologia muito semelhante à de Dilthey:

Da psicologia do sentido interior se distingue essencialmente a concepção que define a psicologia como “ciência da experiência imediata”... Esta direção tentou em primeiro lugar estabelecer os métodos experimentais capazes de realizar uma análise exata dos fenômenos naturais realizados pelas esclarecedoras ciências da natureza. Mas, além disso, esta direção insiste em que todas as ciências específicas do espírito, que tratam dos processos e das criações concretas do espírito humano, também pertencem ao mesmo corpo da consideração científica dos conteúdos imediatos da consciência e de suas relações com o sujeito ativo. Daí se conclui necessariamente que as análises psicológicas das produções mais gerais de espírito, tais como a linguagem, as produções mitológicas, as normas e os costumes, devem ser consideradas instrumentos para a compreensão dos processos psíquicos mais complicados. Portanto, com relação ao método, esta direção está em íntima relação com outros domínios da ciência: como a psicologia experimental, como as ciências da natureza, como a psicologia dos povos, como as ciências especiais do espírito.

(Wundt, 1896/1996, p. 187)

É necessário destacar, entretanto, que o pensamento de Dilthey foi um expoente mais claro da incorporação da tradição histórica alemã da psicologia. Embora ambos propusessem uma diferenciação da psicologia em duas grandes áreas, e compartilhassem a idéia de que os processos mentais superiores não podem ser abordados pela psicologia experimental, o certo é que Wundt dedicou grande parte de seus primeiros esforços ao seu desenvolvimento, enquanto Dilthey fez o contrário. Como veremos mais adiante, algumas das idéias de Dilthey encontraram uma continuidade na psicologia social por meio de George Herbert Mead, que foi seu discípulo.

Uma posição diferente diante da polêmica suscitada pela tese da unidade da ciência foi adotada por Wilhelm Windelband (1848-1815), que descartou a distinção que Dilthey e, posteriormente, Wundt tinham estabelecido entre ciências naturais e ciências do espírito. A idéia de Windelband de que as ciências não se distinguem por seus objetos de estudo, mas por seus métodos, levou-o a propor uma diferenciação entre as *ciências nomotéticas*, voltadas à elaboração de um sistema de leis gerais, e as *ciências idiográficas*, centradas no estudo da particularidade de determinados fenômenos. Com essa divisão, Windelband defendia a idéia de que qualquer fenômeno, tanto físico quanto psíquico ou social, podia ser estudado com base em qualquer um dos dois enfoques e admitia, portanto, a possibilidade de que as ciências sociais estivessem voltadas para o estabelecimento de leis gerais, seguindo o método das ciências da natureza.

Posteriormente, Heinrich Rickert (1910), discípulo de Windelband, acrescentou a idéia de que as ciências não só se diferenciam pela matéria que estudam, mas também pelo tipo de perguntas que formulam. Partindo dessa consideração, Rickert afirmava que as ciências naturais procedem de uma forma generalizante, quer dizer, estão basicamente interessadas no estudo das homogeneidades entre os fenômenos mediante o descobrimento de leis gerais. Pelo contrário, as ciências culturais procedem de forma individualizante, e se interessam por compreender o caráter especial de acontecimentos e objetos concretos.

A repercussão dessas discussões metodológicas no desenvolvimento das ciências sociais foi diferente para cada uma das disciplinas. Como veremos no capítulo seguinte, no caso da sociologia, os debates conti-

nuaram ocupando um papel central durante as duas primeiras décadas do século XX. Nessa época, a contribuição mais destacada ou, pelo menos, a mais relevante do ponto de vista da psicologia social atual foi a interpretação que Max Weber fez da *Verstehen*, servindo-se para isso de algumas das idéias de Rickert.

Em psicologia, entretanto, terminou por impor-se a tese da unidade da ciência. Embora as concepções metodológicas e epistemológicas defendidas por autores como Dilthey ou Wundt não tivessem desaparecido totalmente da cena das ciências sociais, foi a tese da unidade da ciência a que, sob a influência crescente do positivismo, terminou por impor-se. A psicologia alemã do final do século não se desenvolveu pelos rumos da psicologia compreensiva de Dilthey ou da *Völkerpsychologie* de Wundt, mas pelos caminhos abertos pelo positivismo. Os limites que Wundt quis impor aos experimentos não foram bem acolhidos pelos psicólogos alemães da época, de modo que quando começaram a surgir correntes teóricas opostas à psicologia wundtiana não só não se limitou o uso do método experimental, mas também seu alcance foi ampliado.

Os psicólogos da Escola de Wurzburg, por exemplo, recusaram-se a aceitar que o método experimental não fosse válido para o estudo dos processos mentais superiores, e rechaçaram a idéia de que a psicologia experimental deve estar limitada ao estudo das sensações e percepções. Consideraram que era o método experimental de Wundt que tinha sérias limitações, e propuseram outro tipo de experimentos que permitissem abordar o estudo dos processos mentais superiores. Oswald Külpe (1862-1915), por exemplo, iniciou uma nova forma de experimentação psicológica com a qual era possível abordar o estudo do pensamento. Uma das principais mudanças introduzidas por esse autor foi o aumento da complexidade das tarefas experimentais. Diferentemente do que acontecia nos experimentos de Wundt, em que a tarefa experimental era muito simples, nos estudos de Külpe, a realização da tarefa experimental requeria que a pessoa pensasse. Os sujeitos tinham de resolver um problema e a seguir descrever o processo de pensamento que os levou à solução. Isso, segundo Külpe, permitia chegar ao estudo do pensamento, o que não era possível com os experimentos de Wundt. Outro impulso decisivo para o desenvolvimento da experimentação em psicologia foram as investigações de Hermann Ebbinghaus (1885) sobre a memória.

Uma das principais contribuições desse autor foi a invenção do método das sílabas sem sentido, utilizado nos experimentos psicológicos sobre a memória até meados do século XX. Para identificar os fatores que influenciam na retenção e reprodução da informação memorizada, pedia-se aos sujeitos que memorizassem séries de sílabas sem sentido que, em seguida, tinham de reproduzir. Ao utilizar material sem sentido, Ebbinghaus pretendia que a informação apresentada aos sujeitos fosse idêntica para todos eles, descartando dessa forma que fatores alheios à situação experimental, como o significado que cada pessoa associava ao material, influíssem na lembrança. O método consistia, portanto, em eliminar do material que devia ser aprendido o que é característico da memória humana: o significado da informação que se retém. Essa deficiência, muito criticada nos anos 1930 por autores como Bartlett (1932), foi considerada, entretanto, naquele momento uma virtude do método proposto por Ebbinghaus, e teve uma grande aceitação entre os psicólogos.

A polêmica sobre as bases metodológicas e epistemológicas da psicologia verifica-se no final do século pelo forte enfrentamento entre Dilthey e Ebbinghaus, que, em artigo publicado em 1896, fez uma forte crítica à perspectiva histórico-cultural defendida por Dilthey, e propôs que a psicologia se

aproximasse do modelo das ciências naturais. Os psicólogos alemães, incluídos os discípulos de Wundt, seguiram as pautas estabelecidas por Ebbinghaus.

Idéias psicossociológicas no pensamento de Karl Marx

Ao analisar o desenvolvimento das ciências sociais alemãs durante o século XIX, é necessário fazer referência a Karl Marx (1818-1883), não somente pelo impacto que o pensamento marxista teve no desenvolvimento das ciências sociais, mas também pela relevância que algumas de suas idéias alcançam em uma análise psicossociológica dos processos mentais e da ação social.

A influência de Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831) e de Ludwig Feuerbach (1804-1872) será determinante no pensamento de Marx. Extraindo de Feuerbach a crítica à filosofia idealista de Hegel: o *pensamento procede do ser, e não o ser do pensamento*, mas mantendo a dialética hegeliana, Marx dará forma a sua concepção de materialismo dialético. Se a filosofia hegeliana estabelecia uma independência entre os processos mentais e o mundo físico e real, um mundo de idéias com sua própria dinâmica de evolução, Marx fará depender esses processos mentais do mundo material. A consciência é um produto da práxis social. A atividade humana, do ser social, determina a consciência (veja Marx e Engels, *Obras escogidas*, 1975). No processo de formação da consciência, Marx não esquece a importância da linguagem como *consciência prática*. Como indica Giddens (1977, p. 90), para Marx, “... a linguagem é um produto social, e só em virtude da condição de membro da sociedade o indivíduo adquire as categorias lingüísticas que constituem os parâmetros de sua consciência”. Esses aspectos de pensamento marxista serão elementos-chave para o desenvolvimento da psicologia social soviética. Ao mesmo tempo, Marx adotará o ponto de vista dialético da filosofia hegeliana, afastando-se nesse aspecto de Feuerbach. A perspectiva dialética, como instrumento de análise social aplicada à dinâmica dos processos psíquicos superiores, será outro dos elementos-chave para entender a influência do pensamento marxista na concepção psicossocial de Vygotski (veja o Capítulo 3). Também algumas das perspectivas críticas da psicologia social surgidas nos anos 1980 ecoarão a necessidade de uma perspectiva dialética para a psicologia social (veja Georgudi, 1983).

As idéias de Marx, derivadas de sua crítica ao pensamento hegeliano e da influência de Feuerbach, encontram-se em seus escritos de *Crítica de la filosofía del Estado* de Hegel, assim como em seus *Manuscritos económicos y filosóficos*, publicados entre 1845 e 1846. Nesses textos e em outros posteriores fica clara a posição materialista de Marx, exemplarmente sintetizada por Giddens (1977, p. 62):

Marx aceita sem dúvida um ponto de vista “realista”, segundo o qual as idéias são um produto do cérebro humano em relação, por meio dos sentidos, com um mundo material conhecido; as idéias não se encontram em categorias imanentes dadas na mente humana independentemente da experiência. Mas isto certamente não significa a aplicação do materialismo filosófico determinista para interpretar o desenvolvimento da sociedade. A consciência humana está condicionada por um intercâmbio dialético de ação e reação entre sujeito e objeto. O homem modela ativamente o mundo em que vive, ao mesmo tempo que o mundo lhe dá forma... Inclusive nossa percepção de mundo está condicionada pela sociedade.

A ressonância dessas teses construcionistas, tão afastadas, por outro lado, de certas vulgarizações do marxismo, nas quais se enfatiza o determinismo economicista do pensamento de Marx, formará um dos pilares da psicossociologia do conhecimento de Berger e Luckman (1967).

Às idéias expostas até aqui, seria necessário acrescentar a introdução do conceito de alienação, utilizado para descrever a relação que se estabelece entre o trabalhador e o sistema de produção capitalista, em que o trabalhador não participa do produto final. Seu trabalho fica sujeito à obtenção do salário, e não estabelece nenhum vínculo com interesses vitais. A carga crítica que se desprende da utilização dessa noção nas diferentes obras de Marx, como *La ideología alemana*, *El manifiesto comunista* ou *El capital*, com relação ao modo de produção capitalista e à alienação e à “coisificação” dos trabalhadores, é indispensável não somente para uma sociologia de trabalho, mas também para uma psicossociologia da alienação.

Como nos lembra Ritzer (1996a), Marx não foi sociólogo, e muito menos psicólogo social. Entretanto, suas idéias tiveram uma influência direta e indireta (por exemplo, a obra de Max Weber (1864–1929) não poderia ser compreendida a não ser pela sua polêmica implícita com o pensamento marxista) na sociologia e na psicologia social (ver em relação a isso o extenso trabalho de Munné, 1982; 1989). Do mesmo modo, seu pensamento vai além do âmbito da filosofia e da sociologia para entrar no campo da economia política, como fica patente em sua obra *El capital*, na qual elabora sua teoria da “mais valia”.

O DESENVOLVIMENTO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NA GRÃ-BRETANHA

A teoria social britânica de meados do século XIX é outra referência obrigatória quando se trata de reconstruir as origens não só da psicologia social, mas também das ciências sociais atuais. Embora não exista de fato nenhum autor que desenvolvesse uma teoria propriamente psicossociológica, as teorias evolucionistas britânicas tiveram uma profunda repercussão no desenvolvimento posterior de todas as ciências sociais.

A idéia da evolução já era conhecida quando Charles Darwin (1809–1882) publicou, em 1859, *El origen de las especies*, no entanto, ia aparecendo e desaparecendo de forma cíclica, até que no início do século XIX começou a ocupar um lugar cada vez mais destacado em distintos campos do saber, principalmente na biologia. A teoria evolucionista mais importante anterior à de Darwin foi a do biólogo francês Jan-Baptiste Lamarck (1744–1829), que em 1808 publicou *Philosophie Zoologique*. A contribuição de Lamarck que mais influência teve no pensamento evolucionista posterior foi o *princípio da hereditariedade dos caracteres adquiridos*, conhecido também como *lei do uso e do desuso*. O que Lamarck sustentava ao formular esse princípio era que, ao ter de enfrentar as exigências do meio onde se desenvolve, o animal exercita certas partes do organismo. O uso contínuo destas determina modificações em sua estrutura (a função cria o órgão) que, posteriormente, podem ser transmitidas aos descendentes.

O acúmulo dessas pequenas mudanças de uma geração para outra pode dar lugar a novas espécies. As idéias de Lamarck foram totalmente rejeitadas, tanto pelo seu impacto no pensamento religioso da época como por serem consideradas cientificamente inaceitáveis. Porém, o *princípio da hereditariedade dos caracteres adquiridos* ganhou posteriormente uma grande popularidade e foi integrado às teorias evolucionistas que surgiram na segunda metade do século XIX. Esse princípio teve um significado especial para a psicologia da época, que, pela influência do empirismo, tinha renunciado ao estudo dos instintos como fator explicativo do comportamento. Os empiristas afirmavam que todo o conhecimento humano deriva do contato, por meio dos sentidos, com o mundo exterior, e que a consciência é o resultado dessa experiência sensorial. Desse ponto de vista, o comportamento humano não podia ser produto de

forças instintivas inatas, mas sim do aprendizado. Entretanto, a idéia de que os padrões de comportamento que o animal adquire como resultado de sua interação com o meio podem se tornar instintivos para seus descendentes tornava possível uma recuperação do instinto como mecanismo explicativo do comportamento humano. Como veremos mais adiante, a idéia foi adotada por Herbert Spencer e, posteriormente, introduzida na psicologia social por William McDougall (1908).

O princípio da seleção natural

A explicação de Lamarck do processo evolutivo estava expressa, entretanto, em termos excessivamente genéricos para ser aceita pelos cientistas da época. Será Darwin quem oferecerá uma explicação convincente do processo evolutivo mediante o princípio da seleção natural. Diferentemente de Lamarck, Darwin apresentou uma considerável quantidade de dados empíricos que apoiavam as suas idéias e tinham sido obtidos, em sua maior parte, no decorrer de uma expedição científica pela América do Sul e pelo oceano Pacífico, realizada entre 1831 e 1836. O fato de que em 1838, enquanto organizava os dados obtidos durante a viagem, Darwin ter lido o trabalho de Thomas Robert Malthus, *Un ensayo sobre el principio de población*, publicado em 1789, foi decisivo para a elaboração de sua teoria. Darwin concordava com Malthus em que em todas as espécies nascem mais indivíduos que os que podem sobreviver e, guiado pelos resultados de sua pesquisa empírica, começou a desenvolver a tese de que o principal mecanismo do processo evolutivo é a seleção natural. Com o princípio da seleção natural, Darwin sugeriu que qualquer variação que resulte útil e benéfica para uma espécie preserva-se, pelo fato de que facilita a adaptação e, portanto, a sobrevivência.

A publicação da teoria se precipitou pelo fato de outro biólogo, Alfred Russell Wallace (1823-1913), ter chegado de forma independente às mesmas conclusões.

As circunstâncias que rodearam a publicação de ambos os trabalhos aparecem descritas em todos os manuais em que se analisa o desenvolvimento das teorias da evolução. Wallace enviou a Darwin o relato em que apresentava sua teoria, solicitando-lhe que, se o considerasse adequado, o tornasse público na Linnean Society, a mais importante das sociedades voltadas ao estudo da história natural. O problema apresentado se resolveu mediante a publicação de um trabalho conjunto em 1858, que não despertou muito interesse. Isso levou Darwin a publicar, em 1859, uma versão abreviada do livro em que estava trabalhando, *El origen de las especies*. Darwin sugere que algumas variações fortuitas aumentam a probabilidade de sobrevivência dos indivíduos que as possuem. Após um período de tempo suficiente, o meio podia exercer uma pressão constante em favor da seleção dos indivíduos com características favoráveis, podendo surgir assim uma nova espécie. Embora nesse livro Darwin não aplicasse seus princípios à espécie humana, as implicações eram óbvias, sendo o principal motivo pelo qual a teoria da seleção natural gerou uma considerável hostilidade em sua época.

O primeiro autor que utilizou o princípio da seleção natural para explicar a evolução humana foi Huxley, quem em seu livro *Evidence as to man's place in nature* publicado em 1863, descrevia as semelhanças anatômicas entre o cérebro humano e o dos grandes primatas. De sua parte, Wallace publicou dois trabalhos em 1864 e 1869, nos quais aplicava a teoria da seleção natural à espécie humana, embora propusesse a existência de uma diferença qualitativa entre os animais e a espécie humana, e fazia intervir uma inteligência superior na evolução desta.

Em resposta ao trabalho de Wallace, Darwin publicou em 1871 *La descendencia humana y la selección sexual*, no qual expõe pela primeira vez de forma explícita suas idéias sobre a evolução humana. Opondo-se às idéias de Wallace, Darwin nega a existência de diferenças qualitativas entre a espécie humana e as demais espécies, e destaca que a mente humana é somente um passo a mais no desenvolvimento evolutivo de funções intelectuais já observadas nos animais. Tanto a linguagem quanto a consciência, que para Darwin era o traço mais diferenciador da mente humana, eram o resultado da evolução da inteligência. Para explicar a evolução da inteligência, recorre a dois mecanismos: o *principio da hereditariedade dos caracteres adquiridos* de Lamarck e o *mecanismo da seleção sexual*, segundo os quais alguns caracteres humanos se mantiveram não porque aumentam as probabilidades de sobrevivência, mas sim porque incrementam a probabilidade de reprodução, isto é, têm vantagens sexuais para os indivíduos que os possuem.

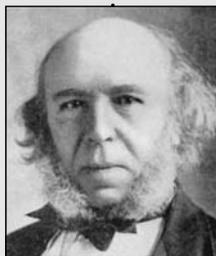
A influência de Darwin na psicologia não deriva, entretanto, de suas próprias reflexões sobre a evolução da mente humana. A teoria de Darwin é uma teoria biológica e foi no campo da biologia que suas idéias tiveram uma influência direta decisiva. Seu impacto na psicologia aconteceu de forma indireta, porque a concepção da mente humana que derivava de sua teoria determinou uma mudança de rumo da psicologia que, a partir desse momento, começou a adotar uma perspectiva evolucionista no estudo da mente.

A teoria evolucionista de Herbert Spencer

O primeiro a introduzir na psicologia os princípios derivados das teorias evolucionistas não foi, entretanto, Darwin, e sim Herbert Spencer (1820–1903). Antes de ser publicado *El origen de las especies* (1859), Spencer havia apresentado em seu livro *Principios de psicología* (1855) uma teoria psicológica evolucionista baseada na teoria da evolução de Lamarck. Posteriormente, integrou em seu sistema algumas das idéias de Darwin. Por exemplo, foi Spencer quem utilizou pela primeira vez a expressão “sobrevivência do mais adaptado”. E, ao mesmo tempo, expandia sua concepção evolucionista a outras disciplinas, como a sociologia ou a ética. O objetivo e resultado final de seu trabalho foi a elaboração de um *Sistema de Filosofia Sintética*, em que foram englobadas todas as suas obras, publicadas entre 1862 e 1892: *Primeros principios*, *Principios de biología*, *Principios de psicología* (2ª edição revisada), *Principios de sociología* e *Principios de moralidad*.

A idéia a partir da qual se foi desenvolvendo todo o pensamento filosófico e científico de Spencer é que a evolução consiste em uma progressão contínua, de um estado homogêneo e indiferenciado até um estado de heterogeneidade e diferenciação crescentes. Esta *lei geral da evolução ou lei da diferenciação crescente* não somente se aplica à evolução biológica, mas também a todos os aspectos da realidade (Spencer, 1870/72, III, p. 353):

Não somente esta lei se aplica aos processos vitais que ocorrem em todo o corpo a todo momento, mas também se aplica ao progresso orgânico em geral. Todo organismo começa como uma massa uniforme de matéria, e cada passo de sua evolução consiste em uma diferenciação e integração das partes. Ao examinar os fenômenos de organização em geral, tal como se manifestam por meio da criação, se verá que a integração dos elementos que produzem a mesma função acontece *pari pasu* com a diferenciação dos elementos que produzem funções não-semelhantes. Este progresso da homogeneidade para a heterogeneidade, em que consiste toda organização, acontece completamente por esta dupla ação.

Herbert Spencer (1820-1903)

Herbert Spencer nasceu em Derby (Inglaterra) no dia 27 de abril de 1820. Mesmo dedicando-se ao estudo de temas relacionados com a biologia, a psicologia e a filosofia, nunca havia recebido formação em tais áreas do conhecimento. Iniciou os estudos de engenharia civil que logo abandonou para dedicar-se ao jornalismo e a escrever sobre política. Em 1848 começou a trabalhar no semanário financeiro *The Economist*, onde permaneceu até 1853, ano em que morreu seu tio, que lhe deixou uma herança com a qual pôde dedicar-se a escrever. Nessa época já havia publicado seu primeiro livro *Social statistics, or the conditions essencial to human happiness* (1850) no qual já esboçava a sua teoria evolucionista e sua defesa filosófica das liberdades públicas. Apesar de ter sérios problemas de saúde que o impediam de trabalhar de forma contínua durante várias horas, sua produção é grande e nela tentou sistematizar seus pontos de vista sobre ética, política, psicologia, sociologia e biologia. Entre os textos que publicou podemos destacar *Primeros principios* (1862), *Principios de biología* (1864-67), *Principios de psicología* (1870-72) e *Principios de sociología* (1876-96).

Spencer considerou a evolução um processo de desenvolvimento na direção do homogêneo para o heterogêneo, e de estruturas simples e indeterminadas para estruturas complexas e determinadas. Esta *lei geral da evolução* não foi aplicada somente à biologia, mas também à psicologia, à sociologia, à filosofia moral e à política.

A aplicação da *lei geral da evolução* à psicologia levou Spencer a afirmar que a evolução da mente é o resultado de um desenvolvimento do estado indiferenciado dos órgãos primitivos até a estrutura complexa do cérebro humano. Como resultado da interação entre o organismo e o meio, a mente humana foi evoluindo para uma complexidade crescente das reações diante dos acontecimentos externos, passando dos reflexos aos instintos, depois à memória e, finalmente, ao raciocínio. Os dois processos que Spencer utiliza para explicar essa evolução são a *lei da associação* e o *princípio da hereditariedade dos caracteres adquiridos* formulados por Lamarck.

Utilizando a *lei da associação*, Spencer (1855, p. 530) propõe que o desenvolvimento da inteligência depende em grande parte da lei que afirma que quando dois estados psíquicos quaisquer ocorrem em sucessão imediata, produz-se um efeito tal que se o primeiro voltar a ocorrer, existe certa tendência do segundo a segui-lo.

Utilizando o *princípio da hereditariedade dos caracteres adquiridos*, Spencer descreve como esse tipo de aprendizado, claro antecedente do condicionamento clássico pavloviano, se transmite à descendência, dando lugar aos instintos. Com isso, a psicologia pôde utilizar novamente o conceito sem renunciar, com isso, aos princípios ambientalistas sobre os quais, por influência da filosofia empirista, encontrava-se fundamentada a psicologia britânica. Esse mesmo mecanismo associativo deu lugar, posteriormente, ao surgimento da memória e do raciocínio. Isto é, o sistema nervoso vai se desenvolvendo à medida que as reações diante dos acontecimentos externos tornam-se mais complexas.

Spencer interpretou o princípio desenvolvido por Lamarck de maneira diferente de Darwin que, como já foi destacado, também o utilizou quando estendeu sua teoria da evolução à espécie humana.

Ele acreditava, por exemplo, que a natureza humana estava em constante estado de evolução e, portanto, o Estado devia intervir o menos possível nesse processo; as liberdades deveriam ser garantidas ao máximo para que a evolução fizesse seu trabalho sem restrições. Esse processo levaria a um estado de felicidade, resultado de uma perfeita adaptação do homem ao seu ambiente. As políticas intervencionistas que tentassem controlar o curso natural do progresso humano não eram, portanto, desejáveis. Embora seu liberalismo continuasse sendo influente no campo da filosofia, atualmente suas teorias evolucionistas têm pouco apoio científico.

Talvez pelo fato de Spencer ter estado afastado do mundo universitário, a influência de suas idéias no pensamento de sua época não foi além de sua morte. Por não ter ministrado suas doutrinas em centros de ensino, não teve estudantes e discípulos que continuassem desenvolvendo suas linhas de trabalho. Mas isso não significa que a produção do intelectual inglês multidisciplinar não tivesse uma ampla aceitação e influência nas últimas décadas do século XIX. Antes de sua morte foram vendidos mais de um milhão de exemplares de seus livros, muitos dos quais foram traduzidos para idiomas como o espanhol, russo, italiano, francês e alemão. Recebeu elogios dos mais importantes pensadores do momento, como John Stuart Mill e do próprio Darwin. Além disso, algumas de suas idéias sobre o sistema social e a conveniência de estudá-lo de forma holística foram adotadas por destacados sociólogos como Durkheim e Parsons. Foi tão reconhecido em sua época que chegou a ser candidato ao Prêmio Nobel de Literatura em 1902.

Para Darwin, a continuidade mental implicava que não há diferenças qualitativas entre os animais e a espécie humana. Para Spencer, ao contrário, essa continuidade significava progresso, de tal maneira que sua descrição do processo evolutivo envolvia uma dimensão valorativa que não tinha sido admitida por Darwin. Spencer acreditava que os organismos *mais evoluídos eram melhores*, e essa idéia o levou a defender a superioridade intelectual do europeu, com base no tamanho maior do cérebro, e dos homens, com base na organização diferente do cérebro dos homens e das mulheres.

Spencer também aplicou sua *lei geral da evolução* à sociologia. Em seus *Princípios de sociología* (1876) mantém que, em virtude do princípio da diferenciação crescente, a sociedade foi evoluindo de um estado inicial de homogeneidade indefinida até o atual alto grau de complexidade. Para explicar o processo de evolução social, Spencer definiu a sociedade como um organismo.

Essa analogia organicista já tinha sido incorporada à sociologia por Comte (1798-1857). A concepção de Spencer da sociedade e a forma com que utilizou a analogia organicista receberam diferentes interpretações na bibliografia sociológica. Enquanto alguns autores qualificam a posição de Spencer de *nominalista*, argumentando que ele usa os termos *sociedade* e *nação* como meras etiquetas, outros a consideram *realista*, porque a sociedade adquire uma entidade própria, independente. Como afirma Gordon (1995, p. 453), embora a obra de Spencer seja contraditória nesse sentido, pode-se afirmar que a concepção da sociedade como um organismo era, para Spencer, uma ferramenta hermenêutica mais que uma hipótese ontológica, como fora no pensamento social alemão. Embora tivesse afirmado a existência de uma interação recíproca entre o indivíduo e a sociedade, Spencer (1876, p. 455) rejeitou a idéia de que a personalidade individual é um produto cultural, e sublinhou o papel do indivíduo como fator determinante das peculiaridades da cultura:

A sociedade é criada pelas suas unidades, e... a natureza de sua organização está determinada pela natureza de suas unidades. Ambas atuam e reagem; porém o fator original é o caráter dos indivíduos, e o fator derivado é o caráter da sociedade.

Esse forte individualismo se traduziria em uma concepção reducionista da sociologia que, segundo Spencer, devia ser uma ciência sintética, fundamentada na biologia e na psicologia. Como veremos mais adiante, esse reducionismo era amplamente compartilhado pelos primeiros sociólogos norte-americanos quando a psicologia social começou a emergir como disciplina diferenciada na sociologia.

Assim como Comte, Spencer foi um claro defensor da tese da unidade da ciência. Mesmo reconhecendo que a natureza do objeto de estudo das ciências sociais fazia com que para estas fosse mais complexo o estabelecimento de leis explicativas de caráter geral, negou que tal dificuldade fosse razão suficiente para abandonar o objetivo. Como outros sociólogos positivistas, Spencer destacou a necessidade de garantir a objetividade da pesquisa mediante a separação do pesquisador do objeto em estudo. Para Spencer, a objetividade da pesquisa social só podia ser garantida mediante a eliminação de distorções (educativas, patrióticas, de classe, políticas e teológicas) provocadas pelos estados emocionais do pesquisador. O método utilizado por Spencer foi a pesquisa histórica comparada, que realizava mediante a coleta de dados empíricos sobre os diferentes períodos históricos que usava para confirmar ou descartar as hipóteses derivadas de suas elaborações teóricas (veja Ritzer, 1996a).

Embora suas contribuições ao desenvolvimento das ciências sociais tivessem sido esquecidas, a influência de Spencer sobre o pensamento social de seu tempo foi notável, a ponto de ter sido considerado o grande teórico da evolução. De acordo com muitos historiadores da psicologia e da sociologia, tanto as idéias sobre a mente humana, que se conhecem como *darwinismo psicológico*, quanto o que se conhece como *darwinismo social* deveriam ser conhecidos como *spencerismo* (Boakes, 1989; Giner, 1992). Mesmo que os textos de história da psicologia social contenham poucas referências a esse autor, sua influência no desenvolvimento da disciplina durante a segunda metade do século XIX é inequívoca. Embora Spencer não tivesse feito nenhuma contribuição direta à psicologia social, algumas de suas idéias constituíram a base sobre a qual se elaboraram as contribuições de outros autores. O tratamento que Spencer deu aos instintos, por exemplo, deve ser considerado um antecedente da psicologia social de William McDougall. Por outro lado, sua influência foi decisiva nas primeiras fases do desenvolvimento da sociologia americana.

O DESENVOLVIMENTO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NOS ESTADOS UNIDOS

Embora a consolidação da psicologia e da sociologia tivesse sido mais tardia nos Estados Unidos do que na Europa, a partir do momento em que começaram a se desenvolver, adquiriram uma rápida expansão. Entre os fatores que contribuíram para o rápido desenvolvimento, podemos destacar a enorme repercussão que tiveram nesse país as teorias evolucionistas britânicas, especialmente a de Spencer. O individualismo da filosofia de Spencer e sua concepção da evolução em termos de progresso reforçavam aspectos muito importantes da cultura norte-americana. No contexto da rápida industrialização dos Estados Unidos naquela época, o lema da *sobrevivência do mais apto* foi aceito como uma legitimação científica das práticas do capitalismo. Por outro lado, as idéias

de Spencer também serviram para justificar as ações dos colonos europeus em sua luta pelo domínio do continente americano.

Como destaca Boakes (1989, p. 123), “embora Spencer condenasse pessoalmente a violência, sua filosofia podia ser utilizada para justificar a aniquilação de uma raça e uma cultura, assim como a competição ilimitada entre os indivíduos”. As idéias de Spencer deram lugar a um movimento conservador, em que se desaconselhavam as intervenções do Estado e se pedia a aceitação da ordem natural. Pensava-se que a mudança social se produz de forma natural à medida que as sociedades evoluem. Essas idéias foram muito influentes nos primeiros desenvolvimentos da sociologia norte-americana, embora se deva destacar que mais tarde foram deslocadas pelo predomínio de outra forma de entender as teorias evolucionistas, baseadas mais nas idéias de Darwin do que nas de Spencer, e que realmente originou um movimento social voltado à reforma social e à mudança. Como se verá a seguir, foi a segunda concepção do evolucionismo a que mais influenciou nas ciências sociais norte-americanas.

O início da sociologia norte-americana

Como acabamos de destacar, a teoria evolucionista de Spencer teve uma profunda repercussão na sociedade norte-americana e se tornou uma das bases teóricas sobre as quais se construiu a primeira sociologia norte-americana.

Um dos primeiros sociólogos norte-americanos que adotaram as idéias de Spencer foi William Graham Sumner (1840–1910), que foi a primeira pessoa que ministrou um curso sobre sociologia nos Estados Unidos. Assim como Spencer, Sumner acreditava que as leis da evolução observadas no mundo natural eram aplicáveis ao mundo social. Isso o levou a manter a idéia de que as melhorias sociais seriam conseguidas de maneira natural, à medida que as sociedades, mediante a sobrevivência de seus membros mais aptos, fossem evoluindo para um progresso maior. A intervenção do Estado para alcançar a reforma social não tinha sentido nessa maneira de interpretar o evolucionismo, porque se considerava que a posição social conseguida era devida à aptidão individual. Se se justifica de modo natural que na luta pela sobrevivência sobrevivam os mais aptos, então não faz sentido que a intervenção do Estado interfira no curso natural da evolução favorecendo os menos aptos. Essa forma de entender o evolucionismo não foi compartilhada por todos os sociólogos da época. Lester Ward (1841–1913), por exemplo, outro fundador da sociologia norte-americana e seguidor também de Spencer, admitiu a idéia de que as sociedades evoluíam obrigatoriamente para um progresso maior, mas considerou que a reforma social era absolutamente necessária para obtê-lo. Isso o levou a alegar o caráter aplicado da sociologia. Nem as contribuições teóricas desses autores nem seus trabalhos institucionais resultam atualmente relevantes para a evolução posterior da sociologia norte-americana, cujo primeiro grande desenvolvimento não se produziria até as primeiras décadas do século XX.

Ao contrário, é relevante, da perspectiva atual, o fato de que em 1892 se fundasse na Universidade de Chicago o primeiro departamento de sociologia do mundo. O diretor do departamento, Albion Small (1854–1926), fundou em 1895 a revista *American Journal of Sociology*. O trabalho de Small foi decisivo para a institucionalização da sociologia norte-americana. Por outro lado, o trabalho, tanto teórico

quanto empírico, realizado pelos sociólogos da Escola de Chicago tornou-se a base de uma das principais correntes da sociologia e a psicologia social contemporâneas: o interacionismo simbólico.

Apesar da enorme influência de Spencer sobre os primeiros sociólogos norte-americanos, é necessário destacar que as teorias evolucionistas não foram o único produto da teoria social européia que chegou aos Estados Unidos. A sociologia francesa, especialmente as idéias de Tarde sobre a imitação, também teve um forte impacto na primeira sociologia norte-americana. Como veremos no próximo capítulo, os primeiros manuais de psicologia social, a maioria deles escritos por sociólogos, são inspirados, em grande medida, nas idéias de Tarde.

O início do pragmatismo

O pragmatismo foi um dos primeiros produtos da influência das teorias da evolução na filosofia norte-americana. As idéias centrais da filosofia pragmática foram expostas inicialmente por Charles Sanders Peirce (1839-1914), que, no início da década de 1870, começou a explicá-las no Clube Metafísico da Universidade de Harvard. As idéias de Peirce foram publicadas, pela primeira vez, em 1878, no artigo “How to make our ideas clear”. A tese central da filosofia pragmatista é que a verdade de uma idéia vem de suas conseqüências práticas ou, que para que uma idéia resulte significativa deve ter algum efeito sobre nossas ações. Desse ponto de vista, não se pode falar da verdade como uma propriedade essencial das coisas, mas sim como uma possibilidade que se faz efetiva dependendo de seus efeitos sobre a conduta. Uma crença será verdadeira se, do ponto de vista da conduta, serve de guia para nossas ações. No pragmatismo de Peirce são fundamentais as noções de dúvida, crença e hábito. Ele considerava que a dúvida cartesiana como princípio do conhecimento criava mais problemas do que resolvia. No entanto, admitia que a indagação se iniciasse com uma dúvida vital, que podia comparar-se com uma irritação que só cessa quando se buscam respostas que acabam convertendo-se em crenças. As crenças nos proporcionam uma regra para a ação ou hábito que nos serve para atuar sobre o mundo. Para os pragmatistas, todo conhecimento tem, portanto, um fim prático.

Aplicada ao conhecimento científico, a noção da verdade significa que a veracidade das hipóteses científicas deve ser estabelecida em função das conseqüências práticas que geram. Uma hipótese científica é verdadeira quando resultar eficaz para fins práticos. Por exemplo, determinada hipótese sobre a etiologia de uma doença será verdadeira se as ações que derivarem dela resultarem eficazes para reduzir a sua incidência. No caso de existir mais de uma teoria sobre determinada doença, o cientista deveria considerar verdadeira aquela que resultasse mais eficaz para reduzir seu impacto. Isso representa uma concepção do progresso científico de forte influência evolucionista, na qual se sublinha o caráter adaptativo do conhecimento: só as idéias *bem adaptadas* sobrevivem, enquanto as que se provaram inúteis são abandonadas ou esquecidas.

Mais do que um conjunto de idéias teóricas claramente delimitadas, o pragmatismo era entendido por Peirce como uma atitude, um enfoque geral ao definir os problemas. Tal enfoque teve uma grande acolhida por parte dos primeiros cientistas sociais norte-americanos, que, partindo das idéias centrais de Pierce, ofereceram diferentes interpretações para elas.

Uma das mais conhecidas foi a de William James (1842-1919). James, que fazia parte do Clube Metafísico de Harvard desde a década de 1870, apresentou formalmente suas idéias sobre o pragmatismo

mo em 1898, em uma conferência dada na Universidade de Califórnia, com o título *Conceitos filosóficos e resultados práticos*, e em uma série de oito conferências em 1906; finalmente, reuniu suas idéias no livro *Pragmatismo*, publicado em 1907.

Apesar de serem uma continuação das idéias expostas inicialmente por Peirce, as idéias de James se afastam em alguns aspectos do pensamento daquele. Da mesma maneira que Peirce, James afirmava que o conhecimento tem conseqüências práticas para a ação, e o significado de uma idéia deriva de seus efeitos na orientação da experiência. As crenças são, a seu ver, uma classe de ação. Na sua aplicação do pragmatismo à idéia de verdade, sente-se a influência de Darwin. James considerava que a verdade não é uma propriedade estática das coisas, mas o resultado de um processo dinâmico de adaptação ao ambiente. Nesse sentido, levou seus postulados pragmáticos até uma teoria da verdade em que ela não se estabelece pela sua correspondência com a realidade, mas pela sua capacidade de se ajustar ao mundo:

As idéias verdadeiras são aquelas que podemos assimilar, validar, confirmar e verificar. As idéias falsas são aquelas com as quais não podemos fazer tudo isso. ...A verdade de uma idéia não é uma propriedade inerente a ela. A verdade acontece de uma idéia. Chega a ser verdadeira, faz-se verdadeira pelos acontecimentos.

(James, 1907/1997, p. 55)

A idéia de que a verificação das idéias é o critério para determinar sua veracidade poderia nos levar a pensar que o pragmatismo de James tem uma forte orientação empirista. Entretanto, James não assumiu o *princípio positivista do fenomenalismo*. Quando falava da verificação das idéias não estava se referindo à sua comparação com uma realidade diretamente observável. Para James, a verdade de uma idéia não dependia unicamente da observação, mas também de seus efeitos sobre nossa vida, de sua congruência com nosso sistema de crenças e de sua capacidade para nos satisfazer emocionalmente (Leahey, 1982). Desse ponto de vista, o pragmatismo de James tornava possível definir como verdadeira qualquer crença que, mesmo fazendo referência a realidades não observáveis, fosse funcional para a pessoa. Essa concepção o levou a abordagens que poderíamos considerar relativistas, já que pensava que a realidade não era independente de nossa forma de pensar. Essa maneira de definir a verdade gerou uma forte polêmica e colocou James em posição de enfrentamento com outros filósofos pragmáticos. Peirce, por exemplo, criticou James por fazer da verdade uma questão pessoal, e negou que essa maneira de compreendê-la tivesse lugar no âmbito do conhecimento científico, em que a verdade tem de ser uma questão inter-pessoal. Embora James rejeitasse a identificação de suas idéias com uma concepção relativista da verdade, sua obra é contraditória nesse ponto (veja Miller, 1981).

O terceiro grande pragmatista foi John Dewey (1859-1952), que chegou ao departamento de sociologia da Universidade de Chicago em 1894. Como veremos mais adiante, foi a versão do pragmatismo de Dewey, junto com a de George Herbert Mead (1863-1931), a que mais influenciou no desenvolvimento da psicologia social sociológica. Para Dewey, o conhecimento é uma forma de ação diante de uma situação que é percebida como problemática. O pensamento surge quando a pessoa tenta resolver os problemas que a cada dia deve enfrentar. A verdade das crenças dependerá de sua utilidade para a solução dos problemas. Essa concepção do conhecimento e da verdade foi aplicada por Dewey ao conhecimento científico. O objetivo da ciência, segundo Dewey, era a reforma social, a resolução dos problemas sociais. A validade das teorias científicas tinha de ser demonstrada por meio de sua capacidade de obter o êxito nas reformas. A concepção que Dewey tinha da ciência, compartilhada também

por Mead, teve uma influência considerável na orientação da primeira sociologia norte-americana para a reforma social. A forte convicção de Dewey de que a meta da ciência é contribuir para o progresso social e sua idéia de que este só pode ser obtido mediante o aumento da autonomia individual fez com que suas principais contribuições se realizassem no campo da educação.

Cronologicamente, os pragmatistas são contemporâneos dos positivistas, o que faz com que alguns autores os englobem como uma corrente no positivismo do século XIX (veja, por exemplo, Oldroyd, 1986). Como filosofia da ciência, o pragmatismo tem alguns traços em comum com o positivismo. Por exemplo, ressaltou a importância da comprovação empírica das hipóteses científicas e assumiu, de maneira geral, a idéia da unidade da ciência. Entretanto, as diferenças que os separam são maiores que as semelhanças. Quando os pragmatistas falavam da verificação empírica das teorias científicas, não se referiam necessariamente à verificação mediante a observação direta, mas admitiam a utilização de métodos de observação indiretos. Com isso, davam espaço no âmbito da ciência a determinados conceitos que os positivistas tinham rejeitado por não serem diretamente observáveis (regra do fenomenalismo). Por outro lado, a idéia da verdade científica dos pragmatistas se afastava do conceito de verdade do positivismo. Os pragmatistas não admitiam a existência de uma verdade absoluta, mas que a verdade de uma hipótese dependia de sua capacidade para resolver problemas práticos. A verdade era, portanto, um conceito relativo e variável.

O pragmatismo teve uma considerável influência no desenvolvimento das ciências sociais nos Estados Unidos. Para a psicologia, o pragmatismo significou, em um primeiro momento, a substituição da psicologia filosófica de influência escocesa pela psicologia experimental de origem alemã e, posteriormente, o abandono desta e sua substituição por uma psicologia funcionalista, tipicamente norte-americana. Em sociologia, a influência do pragmatismo originou o surgimento da Escola de Chicago, principal eixo da sociologia norte-americana durante as duas primeiras décadas do século XX, e um dos primeiros desenvolvimentos da psicologia social contemporânea.

A consolidação da psicologia norte-americana

A origem da psicologia norte-americana foi muito influenciada pela psicologia experimental de Wundt. Foi Peirce quem, em 1862, depois de conhecer as pesquisas sobre psicofísica que estavam sendo realizadas na Alemanha, reivindicou o caráter científico da psicologia e a necessidade de adotar o enfoque experimental que estava sendo desenvolvido na Alemanha (Leahey, 1980). Os trabalhos do próprio Peirce sobre percepção da cor foram o ponto de partida de uma psicologia experimental que recebeu o impulso definitivo na década de 1880. Para isso contribuiu de forma significativa a fundação, em 1883, do primeiro laboratório oficial de psicologia na Universidade John Hopkins.

Esse trabalho foi realizado por Granville Stanley Hall, que também fundou, em 1887, a primeira revista profissional de psicologia, *American Journal of Psychology*. Seguindo o exemplo da Universidade John Hopkins, a maior parte das universidades norte-americanas incorporou um laboratório de psicologia. A direção do laboratório da Universidade de Cornell, que havia sido fundado por James R. Angell em 1891, foi confiada a Edward B. Titchener (1867-1927), discípulo de Wundt, que se transferiu da Alemanha para os Estados Unidos, e transmitiu aí sua versão pessoal da psicologia wundtiana, muito mais atomista que a de Wundt.

A psicologia estruturalista de Wundt, cujo objetivo era o estudo da mente, mediante a análise separada de cada um de seus elementos constituintes, foi a base da primeira psicologia científica norte-americana, mas teve uma vida muito curta nos Estados Unidos. A rejeição da psicologia associacionista contribuiu de forma significativa para a enorme influência que tiveram nos Estados Unidos as teorias evolucionistas e, principalmente, o desenvolvimento do pragmatismo.

Uma das figuras do pragmatismo que mais influenciaram a incipiente psicologia norte-americana foi William James, que tinha começado a ministrar psicologia na Universidade de Harvard em 1871. Embora no início tivesse se mostrado aberto às idéias de Spencer, cuja obra *Principios de psicología* usava como livro-texto, logo a rejeitou, e ela se converteria em um dos alvos de suas críticas à psicologia norte-americana do momento. Também foi muito crítico com a psicologia de Wundt, que estava sendo difundida nos Estados Unidos por intermédio da obra de Titchener. De sua perspectiva evolucionista, James esteve mais interessado no estudo das funções da mente do que na análise de sua estrutura, como tinha feito a psicologia alemã. Diante da idéia de que a psicologia devia ter como objeto a decomposição da consciência em seus elementos constituintes, James enfatiza a continuidade, introduzindo a expressão *fluxo da consciência*.

O pragmatismo de James se estende à própria concepção da psicologia como ciência. A meta da psicologia não devia ser o trabalho teórico, e sim o desenvolvimento de sua dimensão aplicada:

Todas as ciências naturais se rendem à predição e ao controle prático, e em nenhuma delas isto ocorre tanto quanto na psicologia atual. Vivemos rodeados de um corpo gigantesco de pessoas muito interessadas no controle dos estados mentais que incessantemente desejam um tipo de ciência psicológica que lhes ensine a atuar. O que todo educador, todo oficial de prisões, todo doutor, todo clérigo, todo diretor de asilo pede à psicologia são regras práticas.

(James, 1892, p. 148)

As principais contribuições de James à psicologia se encontram reunidas em seu livro *Principios de psicología*, publicado em 1890. Ao longo dos 28 capítulos que compõem o livro, James faz um percurso pelos diferentes ramos da psicologia do momento. Fala sobre psicofisiologia, neurologia, fisiologia do cérebro, psicologia experimental, psicologia clínica e metodologia. Entretanto, não há nenhum capítulo dedicado à psicologia social. Na própria definição de James da psicologia no Prefácio dos *Principios de psicología* pode-se adivinhar o vazio social que caracteriza sua psicologia:

A psicologia, a ciência das mentes individuais finitas, considera como seus dados 1) pensamentos e sensações, 2) um mundo físico em tempo e espaço com o qual coexistem, e 3) conhecem.

Essa excessiva ênfase no indivíduo fez com que a influência direta de James na psicologia social fosse escassa. A análise que fez dos instintos influenciou na psicologia social por meio de McDougall. Entretanto, do ponto de vista da psicologia social, não foi essa sua contribuição mais relevante. Muito mais importante foi a análise que fez do conceito de *self*, que terá uma influência decisiva no desenvolvimento do interacionismo simbólico da Escola de Chicago. Para James, o fluxo de pensamento de cada pessoa será composto por um *eu puro* e um *eu empírico* ou *mim*. O fato de a pessoa ter a capacidade de ser, ao mesmo tempo, sujeito e objeto de seus pensamentos faz com que devamos recorrer a essa distinção para descrever o processo mediante o qual o *eu* é consciente dos diversos componentes do *mim*. Entre esses componentes, James (1892, p. 167-201) destaca o *mim material*, que “inclui tudo aquilo que



William James (1842-1910)

William James nasceu em 1842 em Nova Iorque, no seio de uma família rica e acostumada a relacionar-se com personalidades das letras e da filosofia da época, e a passar grandes temporadas na Europa. Seu pai, embora um religioso fervoroso, deu a ele e a seus irmãos uma educação liberal, tão completa e refinada quanto foi possível. Com 18 anos já tinha passado por colégios dos Estados Unidos, da Inglaterra, da França, da Suíça e da Alemanha; conhecia as galerias e coleções de arte mais destacadas da Europa; falava fluentemente cinco idiomas, e estava familiarizado com intelectuais importantes como Thoreau, Emerson e John Stuart Mill. Pouco antes de completar 30 anos, começou a dar aulas de psicologia na Universidade, o que lhe foi útil para definir seus interesses. Antes, havia tentado sem muito entusiasmo a pintura, havia tomado parte em uma expedição ao Brasil dirigida por um dos naturalistas mais eminentes da época, e havia estudado química e medicina sem demonstrar o talento que o tornaria, como seu irmão Henry, um reconhecido romancista, uma das figuras mais influentes do pensamento norte-americano.

Em 1872 aceitou uma oferta para dar aulas de fisiologia na Universidade de Harvard, e em 1875 começou a ministrar na mesma Universidade um curso sobre *Relações entre fisiologia e psicologia*, sendo

não pode ser considerado como próprio”, o *mim social*, que implica “o reconhecimento que obtém de seus próximos” e o *mim espiritual* (crenças sobre a moralidade). O *eu* é o núcleo que confere unidade a todas as operações da mente.

Essa análise do *self* se tornou, ao ser retomada por Dewey e Mead, cujas idéias serão analisadas no próximo capítulo, uma das bases da sociologia da Escola de Chicago.

RESUMO

Neste capítulo foram descritos alguns dos principais conceitos do pensamento psicológico e sociológico desenvolvidos durante a segunda metade do século XIX. O período foi escolhido como ponto de partida para a descrição da evolução histórica da psicologia social porque foi nele que tanto a psicologia como a sociologia começaram a consolidar-se como disciplinas científicas independentes, sendo também nesse momento que ambas começaram a questionar o problema de suas relações recíprocas. Nesse período, a tarefa que tanto a psicologia quanto a sociologia tinham pela frente era encontrar um modo de legitimar sua existência como disciplinas independentes da filosofia, à qual até então tinham estado vinculadas. Esse processo se viu fortemente condicionado pelo auge do positivismo no século XIX.

A consolidação definitiva da psicologia como disciplina científica independente teve lugar na Alemanha, e nesse processo foi fundamental o trabalho de Wundt. Wundt rejeitou o objeto de estudo do qual até aquele momento tinha se ocupado a psicologia filosófica, a alma, e propôs um novo campo de trabalho para a psicologia, o estudo da mente, mais facilmente abordável por meio das hipóteses do positivismo. Por outro lado, propôs o uso da experimentação para realizar o estudo dos processos mentais de forma científica. A idéia de que a psicologia, e as ciências sociais em geral, devia utilizar as mesmas abordagens epistemológicas e metodológicas das ciências naturais gerou uma forte polêmica, que enfrentou

estas as primeiras lições de psicologia ministradas nos Estados Unidos. Finalmente, em 1879, iniciou a sua aproximação com a filosofia. Em 1878 começou a escrever, por encomenda de Henry Holt, um texto sobre psicologia. O livro, que ele pretendia terminar em dois anos, foi publicado em 1890 com o título *The principles of psychology*, e significou a consolidação de William James como um dos psicólogos mais influentes da época. Nos anos que se seguiram, surgiu outra de suas obras mais importantes, *The will to believe* e ele passou a se interessar por temas relacionados com a educação e a política. Sua concepção funcionalista da mente, segundo a qual os processos mentais são funcionais à medida que ajudam o indivíduo a adaptar-se ao meio ambiente, também foi se desenvolvendo durante esses anos. Na noção do funcionamento da mente já se vislumbravam traços do pragmatismo, corrente filosófica à qual se veria vinculado em princípios do século XX, pela maneira com que concebe o pensamento como uma forma ativa e prática de responder ao ambiente. Com a publicação de *Pragmatism*, em 1907, selou sua contribuição a essa corrente de pensamento, definindo o pragmatismo como um método para resolver disputas intelectuais com base nas conseqüências práticas de nossas idéias para a ação. Para James, a verdade de uma idéia derivava de sua utilidade prática.

Nesse mesmo ano abandonou os cursos em Harvard, mas continuou intelectualmente ativo. Publicou mais dois livros, *A pluralistic universe* e *The meaning of truth*, até 1910, ano em que faleceu com 68 anos.

os partidários do positivismo, com quem reivindicava a especificidade das ciências sociais. No caso da psicologia, o uso da experimentação para abordar o estudo da mente se tornou o principal centro das polêmicas. O próprio Wundt foi mudando progressivamente suas abordagens iniciais e desaconselhou o uso da experimentação para o estudo dos processos mentais superiores. A psicologia, como seu fundador a compreendia, estava dividida em duas áreas: a psicologia experimental, centrada no estudo dos processos mentais básicos e com uma forte base fisiológica, e a *Völkerpsychologie*, centrada nos estudos dos processos mentais superiores, e com uma forte base social. A *Völkerpsychologie*, um claro antecedente da psicologia social, não teve, entretanto, grande aceitação na psicologia da época, por causa da forte influência metodológica do positivismo.

No caso da sociologia, seu reconhecimento como disciplina científica independente esteve vinculado à sociologia francesa e, mais concretamente, ao trabalho de Durkheim.

Como Wundt, Durkheim propôs uma redefinição do objeto de estudo e dos métodos da sociologia. A sociologia devia dedicar-se ao estudo de fatos sociais, que deviam ser considerados coisas, fenômenos objetivos externos ao sociólogo. No que se refere à metodologia, Durkheim assumiu a tese da unidade da ciência e defendeu a idéia de que a sociologia devia procurar a objetividade, que se obteria com a separação entre o sociólogo e a realidade estudada. O fato de considerar os fatos sociais uma realidade objetiva independente dos indivíduos colocou Durkheim em oposição a outros sociólogos da época. Do ponto de vista da psicologia social, é especialmente relevante a contribuição de Tarde, um dos primeiros teóricos que estudaram a imitação como um dos principais mecanismos explicativos do comportamento social.

Outra importante referência na hora de descrever a evolução do pensamento psicológico e sociológico durante a segunda metade do século XIX foram as teorias evolucionistas britânicas. As idéias de Darwin e, sobretudo, as de Spencer tiveram um forte impacto na psicologia e na sociologia da época.

Por um lado, permitiram que a psicologia retomasse o estudo dos instintos sem negar, contudo, a influência que exerce o ambiente sobre o comportamento. Por outro, as idéias determinaram também uma mudança de rumo da psicologia, que deixou de se interessar pelo estudo da estrutura da mente, para começar a prestar atenção na sua evolução e nas suas funções. No caso da sociologia, foi sobretudo a teoria evolucionista de Spencer que embasou uma concepção de evolução social baseada na idéia da *sobrevivência do mais apto*. Essas idéias adquiriram um desenvolvimento especial nos Estados Unidos.

Nesse país, a evolução das ciências sociais se produziu mais tarde do que na Europa. A psicologia experimental de Wundt, transmitida nos Estados Unidos por Titchener, e a sociologia de Spencer, adotada por Sumner e Ward, foram as primeiras bases teóricas da psicologia e a sociologia americanas, respectivamente. Deve-se destacar, no entanto, que ambos os sistemas tiveram uma vida efêmera. Embora as ciências sociais norte-americanas começassem a edificar-se sobre a base de idéias teóricas importadas da Europa, estas foram logo submetidas a um processo de seleção e reinterpretação. O primeiro produto do processo foi o pragmatismo, primeira filosofia propriamente norte-americana, cujo desenvolvimento daria lugar à psicologia funcionalista e à sociologia da Escola de Chicago.